



COLETÂNEA  
EDUCAÇÃO POPULAR  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA  
NO NORDESTE

CADERNO PEDAGÓGICO

# economia solidária, mulheres e juventudes

Mônica Vilaça  
José Nunes  
Ingrid Ferreira  
Katiana Barbosa

**COLETÂNEA  
EDUCAÇÃO POPULAR  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA  
NO NORDESTE**

**CADERNO PEDAGÓGICO**

**economia  
solidária,  
mulheres  
e juventudes**

**MXM Gráfica e Editora**

Av. Chico Science, 301, CEP 53320-105

Bultrins – Olinda (PE)

Telefax: (81) 2138-0800

Cel: (81)99161-6437 / (81) 99640-8935



ATRIBUIÇÃO

NÃO-COMERCIAL

COMPARTILHA IGUAL

COLETÂNEA  
EDUCAÇÃO POPULAR  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA  
NO NORDESTE

CADERNO PEDAGÓGICO

# economia solidária, mulheres e juventudes

Recife, 2018

Mônica Vilaça  
José Nunes  
Ingrid Ferreira  
Katiana Barbosa

**CENTRO DE FORMAÇÃO E APOIO À ASSESSORIA  
TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DO  
NORDESTE – CFES/NE**

**EQUIPE DE COORDENAÇÃO E GESTÃO  
ADMINISTRATIVA**

José Nunes da Silva (coordenador institucional), Alzira Josefa de Siqueira Medeiros e Mônica Vilaça da Silva (coordenação pedagógica), Edivaldo Felix de Almeida Cavalcanti (gestão administrativa)

**EQUIPE EDITORIAL**

Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, Ana Dubeux, José Nunes da Silva, Mônica Vilaça da Silva

**AUTORAS E AUTOR DO TEXTO JUVENTUDES  
E A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**Mônica Vilaça** é mestranda em sociologia, trabalhou como coordenadora pedagógica no Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste – CFES-NE, no período de 2014 a 2017.

**Ingrid Silva** é educadora popular da Rede de Educadoras e Educadores em Economia Solidária do Rio Grande do Norte e graduanda em Pedagogia.

**José Nunes da Silva** é doutor em sociologia pela UFPE, professor-adjunto do Departamento de Educação da UFRPE, membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) e coordenador institucional do Projeto CFES-NE (UFRPE/MTE-Senaes).

**AUTORAS DO TEXTO AS EXPERIÊNCIAS DAS  
MULHERES E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO  
POPULAR EM ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**Mônica Vilaça** é mestranda em sociologia, trabalhou como coordenadora pedagógica no Centro de Formação e Apoio à Assessoria

Técnica em Economia Solidária do Nordeste – CFES-NE, no período de 2014 a 2017.

**Maria Katiana Barbosa da Silva** é bacharela em serviço social, educadora popular em economia solidária, militante do Fórum Potiguar de Economia Solidária e da Marcha Mundial das Mulheres.

**REVISÃO**

Mariana Pires Santos

**ILUSTRAÇÃO DE CAPA**

Thiago Liberdade

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Eduardo Souza e Gabriela Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife – PE, Brasil

- 
- E19 Economia solidária, mulheres e juventudes: caderno pedagógico / Mônica Vilaça ... [et al.]. – Olinda: [MXM Gráfica e Editora],[2018]. 107 p. : il. – (Educação popular e economia solidária no Nordeste)
- ISBN 978-85-65501-53-8
- Com: Juventudes: caderno pedagógico / Mônica Vilaça, José Nunes, Ingrid Ferreira – Mulheres: caderno pedagógico / Mônica Vilaça, Maria Katiana Barbosa da Silva. Inclui referências.
1. Economia solidária 2. Mulheres 3. Juventude I. Vilaça, Mônica II. Nunes, José III. Ferreira, Ingrid IV. Silva, Maria Katiana Barbosa da V. Título VI. Título: Juventudes: caderno pedagógico VII. Título: Mulheres: caderno pedagógico VIII. Série

- 7** ***Apresentação***
- 11** ***Juventudes***
- 13** ***As juventudes e a economia solidária***
- 19** ***Olha aí as juventudes***
- 26** **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO** Protagonismo juvenil na economia solidária: grupo de jovens cooperativistas da Colônia Sucupira – COOPERJOS
- 28** **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO** Câmara de Juventude do Território do Potengi: descobrindo identidade, construindo organicidade
- 31** ***Escutar, representar e sistematizar nossos fazeres***
- 35** ***As estratégias e ferramentas que utilizamos***
- 41** ***Nossos aprendizados***
- 44** ***Juventudes: pertencimento e identidade***
- 47** ***Juventudes: trabalho e organização***
- 51** ***As pesquisas: alguns resultados e avaliações***
- 57** ***Algumas conclusões...***
- 67** ***Mulheres***
- 69** ***As experiências das mulheres e sua relação com a educação popular em economia solidária***

- 75** *A educação popular e sua relação com a economia solidária*
- 83** *Mergulhando no caminho metodológico percorrido na pesquisa-ação*
- 91** *Cirandando nas reflexões vivenciadas pelas educadoras e educadores populares da educação popular em economia solidária*
- 93** *O trabalho de cuidar e o cuidado no trabalho*
- 96** **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO** *Mãos que cuidam: mulheres doulas resgatando vidas para a redução da morbidade e mortalidade materna*
- 98** *Uma economia de mulheres, uma economia feminista*
- 103** *Até onde caminhamos: as mulheres e a educação popular em economia solidária*

# Apresentação

O Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) é um dos projetos da Política Pública de Educação da Política Nacional de Economia Solidária, desde 2009. É fruto das conquistas da ação política e pública realizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e, em particular, de educadoras e educadores que compreendem que a economia solidária carrega consigo um processo de educação que constrói outra economia a partir do chão de vida e trabalho de quem a pratica nos meios urbano e rural. Nas duas primeiras Conferências Nacionais de Economia Solidária, realizadas em 2006 e 2010, as delegadas e os delegados aprovaram a criação de um Centro de Educação em Economia Solidária (formação e assessoria), com vista a disputar os recursos públicos para este fim.

Com atuação regional e nacional, o CFES tem por objetivo formar educadoras e educadores em Economia Solidária, que trabalhem com a formação, a assessoria técnica, a elevação de escolaridade, a inclusão digital e o acesso às tecnologias por trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária, segundo a Chamada Pública 001/2012 para seleção de projetos – Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e Emprego.

A primeira fase do CFES foi de 2009 a 2012, e a segunda, de 2013 a março de 2018. Nas duas fases, o CFES-NE contou com a coordenação institucional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob a responsabilidade do Departamento de Educação, resultado de seleção de editais do Ministério do Trabalho e Emprego.

Cabe ressaltar que, desde o seu nascedouro, o CFES-NE foi orientado pela ação político-pedagógica das representações de educadoras e educadores, pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e outras redes e movimentos sociais componentes do seu Conselho Gestor.

O Nordeste (NE) tem uma longa tradição na construção de ideais e práticas de educação popular e libertadora. Diante disso, buscamos trazer as pessoas e organizações envolvidas com a construção de outras pedagogias e metodologias para gestar e parir um conhecimento que, inspirado em nosso contexto territorial e no dos povos originários, tradicionais, oprimidos e explorados, incluindo mulheres e homens, nos dê conta de fazer uma outra economia, baseada em relações sociais de cooperação, solidariedade, equidade de gêneros, respeito à nossa cultura e espiritualidade, de amorosidade e harmonia com os outros seres vivos que compõem nossa casa e nosso mundo.

As atividades realizadas envolveram apoio à articulação das educadoras e dos educadores em economia solidária, realização de seminários regionais, oficinas locais, cursos estaduais e regionais e publicações.

Os três Cursos Regionais de Formação Autogestionária de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária foram realizados por polos, com a junção dos seguintes estados: polo Maranhão, Piauí e Ceará; polo Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; polo Alagoas, Sergipe e Bahia. Todos aconteceram no período de julho de 2015 a agosto de 2016, com o envolvimento de redes, coletivos e núcleos de educadores e educadoras populares dos estados da região, entre outros movimentos sociais e instituições.

A partir do exercício metodológico e pedagógico sobre o que estudar, como estudar e por que estudar, na construção autogestionária do currículo, as participantes e os participantes destes cursos definiram os temas e pesquisas que consideravam

importantes para a educação em economia solidária no Nordeste. Neste caderno reunimos dois textos, o primeiro com o título **as juventudes e a economia solidária**, escrito por Mônica Vilaça, José Nunes e Ingrid Ferreira e o segundo com o título **as experiências das mulheres e sua relação com a educação popular em economia solidária**, escrito por Mônica Vilaça e Maria Katiana Barbosa.

As questões que emergem neste caderno brotaram das pesquisas-ação realizadas, como já mencionamos. Entretanto, não vamos aqui apresentar os relatórios, mas trazer algumas reflexões a partir do olhar e das experiências das autoras e do autor sobre os resultados e desafios da pesquisa, e de suas sugestões de continuidade para avançarmos na educação popular em economia solidária, que acena de maneira interessante para futuros mergulhos no cotidiano das experiências no chão de vida e de trabalho. Boa leitura.

**Alzira Medeiros e Mônica Vilaça**  
COORDENADORAS PEDAGÓGICAS DO CFES-NE



**CADERNO PEDAGÓGICO**

# **as juventudes e a economia solidária**

**Mônica Vilaça  
José Nunes  
Ingrid Ferreira**



# ***Introdução***



Compartilhar, através deste caderno pedagógico, as reflexões construídas pela juventude e com a juventude na caminhada do Curso Regional de Formação Autogestionária de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária do Nordeste enche-nos de alegria. Durante o período de agosto de 2015 a agosto de 2016, buscamos identificar questões e problemas que nos permitissem investigar nosso território, considerado aqui como o chão no qual se firmam nossas identidades e de onde brotam nossas riquezas. As questões que surgiram foram o ponto de partida para processos de investigação que tinham como objetivo final levar-nos a olhar nossos territórios, compreendê-los, e agir sobre eles. O curso desenvolveu-se em 4 módulos presenciais, e entre os módulos, as educadoras e os educadores desenvolveram atividades de pesquisas-ação.

A temática das **juventudes** na economia solidária tem se apresentado como grande desafio para o movimento, principalmente por surgir da fala de um grupo que, até então, não era explicitamente identificado nas ações da economia solidária e que tem tomado, nos últimos anos, proporção considerável e inesperada. Falamos de *juventudes* por considerar que se tratam de experiências diversas de juventude, construídas em realidades e culturas diferentes, assim como organizadas por compreensões distintas de tempo e lugar social.

É importante destacar que esta pluralidade também se apresenta na economia solidária. São jovens de muitas caminhadas – do campo e da cidade, estudantes secundaristas e universitários, trabalhadoras e trabalhadores, mulheres e homens –, que buscam na economia solidária pressupostos políticos e filosóficos para a organização de suas vidas. A economia solidária enquanto “ação política que questiona as relações desiguais e patriarcais que se produzem e reproduzem, seja na produção/comercialização, seja nas relações sociais e culturais”, segundo Ana, Alzira, Mônica e Shirley, em *A construção do conhecimento em Economia Solidária* (2012, p. 18), tem se apresentado como lugar para diálogo e articulação de várias

frentes que questionam o modelo desenvolvimentista neoliberal, tornando-se espaço também de aproximação e organização das juventudes.

Estas juventudes chegam à economia solidária em busca de um espaço de organização, debate e ação política, mas se deparam com uma organização que ainda está amadurecendo e, por isso, ainda não consegue acolher demandas distintas de grupos e categorias. Assim, as juventudes não chegam como protagonistas nos processos da economia solidária, mas vêm buscando, lentamente, construir seus espaços. Neste caderno, apresentaremos um diálogo sobre juventudes que nasce de duas pesquisas-ação realizadas no curso regional.

Na primeira pesquisa, intitulada *Protagonismo juvenil – grupo de jovens cooperativistas da Colônia Sucupira (COOPERJOS)* e realizada por Kátia Mecnas e Érica Lima, no município de Arauá, no Sul sergipano, temos uma investigação na qual se buscou compreender a organização do trabalho do grupo, as dificuldades e os avanços enfrentados em sua caminhada, as relações dentro da cooperativa entre as jovens e os jovens e como estas e estes compreendem a economia solidária no seu dia a dia.

Na segunda pesquisa, *Câmara temática de juventude do território Potengi: descobrindo identidade, construindo organicidade*, realizada por Ingrid Ferreira e Sandyeva Araújo, com jovens de vários municípios do território do Potengi, no estado do Rio Grande do Norte, buscou-se observar como as juventudes têm se apropriado de estratégias de participação territorial, como as câmaras temáticas, e, a partir destas ações, têm refletido sobre suas identidades, as dificuldades vividas e quais pautas devem ser mobilizadas para lhes dar organicidade.

Optamos aqui por não reproduzir os relatórios de pesquisas na íntegra, mas dialogar com eles, em busca de construir algumas sínteses que nos permitam pensar as juventudes, seu lugar na economia solidária, e como elas têm construído

suas pautas e estratégias. Assim, procuramos compreender como estas juventudes, hoje, têm se organizado em rede, como sujeitos de direitos que fortalecem esse movimento no cotidiano de seus territórios, nos mais diversos espaços e movimentos e em suas relações. A economia solidária tem despertado para a importância de um olhar mais atento para esse segmento, não só para entender essa nova demanda, mas para refletir sobre as perspectivas que se apresentam no horizonte do próprio movimento.



***Olha aí  
as juventudes***



***Olha a juventude da economia solidária aí!***

*Acontecendo todo dia*

*Para nossa alegria*

*Com trocas de experiências*

*Em busca de transformações*

*Construindo diálogos*

*Saberes*

*Conhecimentos*

*E tudo mais*

***Olha a juventude aí,***

*De forma coletiva*

*De outra forma não podia*

*Juntos, companheirada,*

*Uma outra economia,*

***Olha a juventude aí.***

A educação popular em economia solidária nasceu a partir de espaços de reflexão do movimento, como oficinas, plenárias e conferências nacionais, que traziam a necessidade de considerar os aprendizados que provinham das especificidades do trabalho, das vivências e da luta da economia solidária. Muitas elaborações foram feitas sobre a educação em economia solidária, a partir das quais é necessário compreender que os “processos educativos são construções sociais, organizados por meio da ação-reflexão-ação que emerge das práticas e dinâmicas da economia solidária”, segundo Ana, Alzira, Mônica e Shirley, em *A construção do conhecimento em Economia Solidária* na página 25. Esta afirmação nos permite compreender que as ações educativas estão alicerçadas nas experiências concretas construídas

nos territórios, aqui considerados como o lugar onde as relações de proximidade permitem emergir vínculos, criar identidades e consolidar experiências concretas através das relações entre mulheres e homens.

Na trajetória do Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária – CFES-NE, a ação de educação em economia solidária organizou-se e consolidou-se através das redes, núcleos e coletivos de educadoras e educadores populares da economia solidária organizados nos estados. Estas redes, coletivos e núcleos nasceram de uma ação estratégica do movimento, de forma que permitisse a organização de um espaço horizontal, sustentável, fundamentado em uma contínua troca e construção de saberes entre seus participantes. Estes espaços têm reunido educadoras e educadores populares não apenas da economia solidária, mas com trajetórias e identidades diversas, o que tem levado a uma complexa discussão sobre a educação popular e a busca de uma identidade para estas educadoras e estes educadores, considerando as diversidades presentes: são assessoras técnicas e assessores técnicos, camponesas e camponeses, artesãs e artesãos, povos originários, comunidades tradicionais, mulheres, homens e jovens.

As jovens e os jovens compõem um grupo complexo (mais à frente explicaremos melhor), que tem começado a se pronunciar dentro do movimento da economia solidária. No Nordeste, as juventudes começam a ter visibilidade com sua organização dentro do Fórum Potiguar de Economia Solidária, primeiro fórum a ter em sua organização um Grupo de Trabalho de Juventude. Esta experiência serviu de referência e provocação para que outras ações se desenvolvessem, como aconteceu no XII Fórum Nacional de Educação Popular – FREPOP e no IX Fórum Internacional de Educação Popular, realizados de 22 a 26 de julho de 2014, em Lagarto, Sergipe, com o tema “Educação Popular e Juventude: o que você tem a dizer? ”.

Jovens do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe participaram deste fórum, facilitando oficinas, realizando plenárias e buscando refletir sobre como deveria se dar sua organização dentro da economia solidária. Como fruto desse momento, foi produzida uma carta que foi muito importante para que os fóruns e redes passassem a discutir as juventudes e o modo como elas seriam articuladas para participar efetivamente dos espaços.

Temos uma juventude na Economia Solidária que está nos empreendimentos, nas organizações de juventude, que são estudantes, agricultoras e agricultores, filhos e filhas de militantes da economia solidária, trabalhadoras e trabalhadores, no campo e na cidade, mas percebemos que esta juventude ainda não tem visibilidade. É uma juventude presente, mas que não se organiza dentro da economia solidária como um coletivo de juventude com demandas próprias. (Carta da juventude da economia solidária presente no FREPOP, 2014).

Esta iniciativa no Nordeste anima os diálogos na III Conferência de Economia Solidária, realizada de 27 a 30 de novembro de 2014, em Brasília. Jovens de

A Juvesol surge de forma mais concreta em 2015 e, neste encontro, seus e suas participantes desenham os objetivos da rede e como se daria a articulação com entidades e grupos que dela desejavam participar. Hoje a Juvesol tem uma página no Facebook (<https://www.facebook.com/juvesolbrasil/>) e está presente em 26 estados, com participações da Pastoral da Juventude Rural, Via Campesina, MST, Levante, Ocupação Mercado Sul, dentre outras organizações.

outras regiões buscam, então, dialogar e apresentam uma moção à plenária da Conferência que pede o reconhecimento da participação da juventude na economia solidária. Em 2015, nasce a Juvesol – *Juventudes e Economia Solidária*. Esta rede está se construindo a partir das diversas vivências das e dos jovens no campo, na arte, no trabalho, na escola.

Como parte da animação deste processo, o CFES-NE buscou garantir a participação da juventude nos cursos regionais realizados de agosto de 2015 a agosto de 2016. Consideramos estratégico não apenas garantir a presença das jovens e dos jovens, mas também estimular a pesquisa e a investigação sobre suas realidades, pautas, problemas e experiências. Assim, chegamos a duas pesquisas elaboradas sobre as juventudes.

A primeira pesquisa, intitulada *Protagonismo juvenil – grupo de jovens cooperativistas da Colônia Sucupira (COOPERJOS)* e realizada por Kátia Mecenas e Érica Lima, no município de Arauá, no Sul sergipano, dialogou com um grupo composto por cerca de 30 jovens agricultoras e agricultores, que buscavam alternativas de organização coletiva do trabalho, de forma a permitir-lhes permanecer no campo. Após uma ação de formação realizada em lugares diversos da comunidade – sob árvores, na escola, na igreja –, o grupo resolveu dar início à COOPERJOS, em fevereiro de 2007. Junto a estas jovens e a estes jovens, as pesquisadoras investigaram e refletiram sobre como foi a caminhada na divisão do trabalho e como foram feitas as escolhas na organização da produção e da gestão do grupo.

A segunda pesquisa, *Câmara temática de juventude do território Potengi: descobrindo identidade, construindo organicidade*, foi realizada por Ingrid Ferreira e Sandyeva Araújo, no território do Potengi, composto por 11 municípios: Bom Jesus, Riachuelo, Santa Maria, São Paulo do Potengi, São Tomé, Senador Elói de Souza, Barcelona, Ielmo Marinho, Lagoa de Velhos, Ruy Barbosa e São Pedro. A investigação envolveu jovens que atuavam na Câmara Temática de Juventude que faz parte das ações dos Territórios da Cidadania, com origens em experiências diversas, e que buscavam construir uma identidade coletiva para além das particularidades das pautas que cada jovem representava. Após um período de paralisia das ações da câmara temática, a pesquisa-ação tornou-se lugar para avaliar a organização

destas juventudes e seus papéis naquele espaço de representação, revelando as questões comuns que as reuniam na câmara e buscando, como resultado deste processo, identificar estratégias mobilizadoras para sua ação.

Ambas as equipes de pesquisa traçaram questões para discutir com as jovens e os jovens que estariam envolvidas e envolvidos na pesquisa-ação – mais à frente, explicitaremos nossa compreensão de pesquisa-ação e os seus desafios. A partir dos diálogos com os grupos, o problema foi desenhado, construído e referendado. Nos dois estudos, as educadoras-pesquisadoras já tinham contato com os grupos, seja por fazerem parte da experiência, como no caso de Ingrid e Sandyeva, ou por ter trabalhado como assessora junto ao grupo, como no caso de Kátia. O processo apresentou-se como um contínuo desafio, sobre o qual buscaremos refletir nos próximos tópicos. Abordaremos as opções metodológicas construídas, as questões principais que surgiram a partir do processo de investigação e organização das informações, e os resultados e apontamentos de ambas as pesquisas.

## **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO**

# ***Protagonismo juvenil na economia solidária: grupo de jovens cooperativistas da Colônia Sucupira – COOPERJOS***

**JOSEFA KÁTIA DOS SANTOS  
MECENAS & ÉRICA CAROLINE  
OLIVEIRA DE LIMA**

Inicialmente, tivemos a ideia de conhecer melhor a ação das e dos jovens do Grupo de Jovens Cooperativistas da Colônia Sucupira – COOPERJOS na associação, como se deu o início do trabalho e como é feita a organização de toda a atividade realizada, seus sucessos e dificuldades. Tal iniciativa chamou nossa atenção pela confiança do grupo de que juntos eles seriam fortes e conseguiriam vencer as dificuldades na busca por um trabalho coletivo. Para isso, levaram em consideração as possibilidades locais, no caso, a organização de uma Fabriqueta que utiliza a produção local de macaxeira, beneficiando-a com embalagem a vácuo.

A experiência da pesquisa realizada com o grupo foi muito importante para nós, pois, através dela, pudemos perceber o quanto é importante contribuir e compartilhar conhecimento, de modo que a ação desenvolvida pelo grupo seja reconhecida por seus e suas integrantes como sendo uma ação de economia solidária. As trocas realizadas no processo da pesquisa-ação permitiram que as e os participantes tivessem a oportunidade de conhecer melhor outras ações desenvolvidas pelas e pelos integrantes do próprio grupo e mostraram

o quanto cada um e cada uma é importante para o desenvolvimento do trabalho, desde o plantio até a negociação do produto final.

A experiência foi muito rica e nos permitiu dialogar sobre aspectos importantes da construção do trabalho diário, seus entraves e avanços. Nós, enquanto educadoras, já conhecíamos o grupo, porém, através do curso regional promovido pelo CFES-NE, fomos provocadas a pesquisar a iniciativa, o que nos deu a oportunidade de compreender melhor a riquíssima experiência vivida a partir da ação em economia solidária praticada pelas jovens e pelos jovens.

Na reflexão sobre a experiência e a busca por um mundo mais justo e igualitário, recorreremos à contribuição de Alberto Acosta no livro “Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos”, de 2016. Também tivemos a oportunidade de analisar a importância do compromisso das educadoras e dos educadores para o fortalecimento da ação educativa nos processos de formação.

## **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO**

# ***Câmara de Juventude do Território do Potengi: descobrindo identidade, construindo organicidade***

**INGRID FERREIRA &  
SANDYEVA FRANCIONE**

Fortalecer as organizações de base e articulações territoriais se apresentava como uma ação fundamental no processo de apoio das juventudes no movimento de economia solidária. Assim, logo foi identificada a necessidade e a importância de pesquisar como essas juventudes têm se reconhecido em seu território e como têm pensado suas estratégias de organização. Nessa pesquisa-ação, debruçamo-nos sobre a Câmara Temática de Juventude do território da cidadania do Potengi (RN), que articula jovens de 15 a 29 anos, de sete dos onze municípios que compõem o colegiado territorial, formado pela representação de jovens das associações, grupos culturais do campo e da cidade, sindicatos, federações da agricultura familiar, entre outras organizações da sociedade civil.

No âmbito da pesquisa-ação, a realização de uma oficina em Potengi, com jovens de municípios que fazem parte da Câmara temática de Juventude, nos possibilitou viajar na história da experiência da câmara, desde seu início até os dias atuais, o que foi extremamente gratificante.

Durante a oficina, buscamos debater sobre como os jovens e as jovens se entendiam e como se sentiam em seus municípios, organizações e território. Para isso, fizemos a leitura de textos que tratam dos temas “juventude”

e “identidade”. Percebemos certa timidez na maioria dos jovens e das jovens diante da nossa proposta de pesquisa. Com o passar do tempo, das atividades e das dinâmicas, o grupo ficou mais à vontade, envolvendo-se com as discussões, expondo suas opiniões e situações de vida. Dentre as atividades realizadas, damos destaque à construção, pelos jovens e pelas jovens, de um mapa que revelava, através de várias representações, a diversidade de suas realidades e espaços. Foi uma experiência muito interessante e satisfatória, tanto para os objetivos da pesquisa, quanto para nós, pesquisadoras.

A vivência da investigação foi um processo de descoberta não só para a juventude, com relação à própria experiência, mas também para nós, enquanto pesquisadoras. Fomos provocadas a superar alguns obstáculos, a trabalhar em equipe com pessoas com as quais não estávamos habituadas a conviver; transformamo-nos com as transformações que iam acontecendo a cada nova palavra, desenho, figura ou canção que iam desvendando a identidade da experiência e também seus desafios.

Os resultados concretos da nossa pesquisa-ação são os caminhos pensados por todos e todas para superar as dificuldades e também se expressam na postura e segurança que pudemos observar nos e nas jovens após os momentos vividos e na expectativa de todos e todas para construir os próximos passos.



***Escutar, representar  
e sistematizar  
nossos fazeres***



***“Este é o nosso espaço de celebrar a vida,  
repor as energias, a nossa mística  
e as nossas ações estratégicas”.***

**LUCIENE MESQUITA**

Precisamos compreender as juventudes em sua diversidade, como constituintes de uma cultura e produtores dela, como seres sociais e históricos, repletos de toda sorte de sonhos, expectativas, desejos e transformações. As pesquisas-ação realizadas mergulharam no cotidiano dessas e desses jovens, no lugar em que suas ações acontecem, no qual se reconhecem, produzem e vivem: em seu território, lugar este que é fortalecido e reafirmado como base dos processos formativos da economia solidária.

Ambas as pesquisas se deram a partir das temáticas: identidades e dinâmicas de organização e gestão. Estas dinâmicas de organização e gestão foram pensadas enquanto gestão do trabalho e da ação política, considerando como estas definem-se a partir da compreensão da própria identidade. No decorrer das pesquisas, estas temáticas foram trazendo diversas outras questões ou conceitos – como território e territorialidade, políticas públicas, acesso à formação e assessoria, concepção de educação popular –, que se misturavam aos problemas mais gerais, dando-lhes corpo e significados. A compreensão da economia solidária também surgiu como uma questão, já que, mesmo com as estratégias de organização e formação dos fóruns, redes, circuitos etc., muitos grupos ainda não se reconhecem como parte da economia solidária, mesmo os que já vivenciam esta prática em suas experiências. Vale salientar que os problemas de pesquisa foram definidos em conjunto com os grupos, em um processo cooperativo e participativo.

E aí, os desafios se mostraram: que ferramentas utilizar? Quais se adequam melhor aos grupos? Quais conceitos e teorias fundamentariam as ações? Como construir esse caminho de forma a contemplar as questões colocadas pelas jovens e pelos jovens, envolvendo todas e todos no processo, considerando seus conhecimentos e trazendo novos conceitos para o debate? Nesse percurso, o Curso Autogestionário de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária foi fundamental, pois trouxe uma leva de reflexões que nos ajudaram a perceber que nem sempre as ferramentas mais utilizadas conseguem responder ao que buscamos. Fomos chamadas e chamados a refletir sobre as palavras utilizadas, a pensar sobre a organização dos momentos, a conhecer outras formas de ser e fazer em nossos processos educativos, o que foi muito importante para o caminhar da pesquisa.

As ferramentas de organização das informações ou dos dados precisava dialogar com alguns horizontes, o que exigia de todas e todos desconstruir a certeza de que qualquer ferramenta serve para qualquer situação de pesquisa. Um primeiro horizonte que precisava ser considerado era o **tema da pesquisa**. Dependendo das questões a serem exploradas, fazia-se necessário, por exemplo, mergulhar mais na história do grupo, o que tornaria adequada a utilização da linha do tempo. Mas se quiséssemos dialogar sobre identidades territoriais, as cartografias ou mapas sociais seriam mais adequados para construir a representação simbólica do grupo envolvido na pesquisa. Um segundo horizonte a considerar era a opção pela **pesquisa-ação**, quando afirmamos que, no processo que vivenciáramos, a pesquisadora ou o pesquisador assumiria o papel de mediar e problematizar a realidade do grupo envolvido na pesquisa, de forma que as e os participantes atuassem na construção e organização dos resultados. Para isso, as ferramentas precisavam ser participativas e permitir consolidações coletivas.

No Curso Regional de Formação Autogestionária de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária do Nordeste, que se dividiu em módulos

presenciais com o encontro de todas e todos participantes, e nos intervalos entre os módulos – os momentos de alternância – desenvolvia-se a pesquisa-ação como atividade de experimentação pedagógica. Para definir melhor a pesquisa-ação, utilizamos uma citação de Michel Thiollent, no livro *Metodologia da Pesquisa-Ação* (2011, p. 20), que foi uma de nossas referências nesta caminhada regional: “[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Para pensar as ferramentas metodológicas destas pesquisas-ação, também se fez necessário saber mais acerca do que já se tinha dito sobre as temáticas investigadas, buscar referências que dialogassem com a concepção de educação que a economia solidária vem construindo e fortalecendo, e, a partir disso, planejar a ação de intervenção na realidade dos grupos. Quando falamos *intervenção*, é importante destacar que nos referimos a uma ação consciente, refletida e problematizada com o grupo, com o objetivo de solucionar um problema observado e identificado coletivamente. Assim, a pesquisa-ação deve ter entre suas finalidades a construção de conhecimentos a serem apropriados pelo grupo, em um processo de ensino-aprendizagem mútuo.

## **As estratégias e ferramentas que utilizamos**

Um recurso metodológico utilizado nas pesquisas, muito importante e profundamente considerado nos cursos regionais, foram os **grupos de autogestão**. Como era pensada esta ação pedagógica autogestionária? Eram identificadas algumas atividades – como a avaliação, a sistematização, os cuidados e as trocas –

como atividades pedagógicas que deveriam ser construídos e desenvolvidos pelas e pelos participantes. Desta forma, buscava-se compartilhar a responsabilidade pelas escolhas metodológicas para esses momentos.

Esta estratégia também foi utilizada nos processos de pesquisa-ação, estabelecendo um aspecto sensível para o envolvimento concreto das e dos participantes na pesquisa-ação. De forma geral, as ferramentas foram se complementando com a criatividade. Partiam de um objetivo inicial e eram adaptadas no desenvolvimento das pesquisas. Diferentemente da pesquisa sobre a câmara temática, na qual as pesquisadoras faziam parte da experiência e já possuíam informações sólidas sobre a trajetória do grupo, na pesquisa sobre a COOPERJOS foram realizadas **entrevistas** para construir este olhar inicial, buscando “identificar o histórico de formação, organização e início dos trabalhos (da COOPERJOS) na comunidade, até a regulamentação da associação”, conforme relatam Kátia Mecenas e Érica Lima, no relatório *Protagonismo juvenil – grupo de jovens cooperativistas da Colônia Sucupira (COOPERJOS)*.

Os processos de investigação organizaram-se em **oficinas** que permitiam operacionalizar as diferentes ferramentas em um ambiente marcado pela **circularidade**. Desde a organização do espaço e a exposição e uso das ferramentas, até a partilha das reflexões, dúvidas e resultados, o círculo cumpriu um papel importante ao problematizar as estruturas lineares de organização pedagógica dos espaços (como as cadeiras em fila, o conhecimento proveniente de um facilitador ou uma facilitadora, as ferramentas que propõem facilitar a absorção do conhecimento...).

No desenvolvimento das oficinas, no caso da COOPERJOS, as pesquisadoras utilizaram **perguntas problematizadoras** para estimular o diálogo, como: o que é ser jovem no campo? Que trabalho as jovens e os jovens buscam? Como se

“Somos um círculo,  
dentro de um círculo,  
sem um começo e sem um fim”.

Música de Claudiney Prieto

dá a relação com a família? Como se dá a organização do trabalho? Estas questões permitiram ao grupo elaborar reflexões sobre sua realidade de trabalho e sobre os problemas particulares que a juventude tem

que enfrentar na comunidade e nas famílias, além de mergulhar nas questões cotidianas de seu trabalho coletivo, permitindo refletir sobre quais as estratégias de gestão do trabalho, seus limites e gargalos e as soluções construídas. Na pesquisa, a **pergunta** é um ponto de partida que afirma a necessidade de priorizar os conhecimentos do grupo nos processos pedagógicos.

Já na pesquisa sobre a câmara temática, a oficina desenvolveu-se com a construção de um **mapa social** pelas e pelos participantes. Pesava para esse grupo a necessidade de refletir sobre a identidade que os reunia enquanto representantes na câmara temática e sobre suas experiências e compreensões relacionadas às juventudes, levando em consideração suas diversas vivências. O mapa permitiu a representação simbólica do que cada uma e cada um destacava a partir de seu olhar e vivência. A cultura e a arte, os conflitos nas experiências de sociabilidade no campo e na cidade, o fato de serem quilombolas, o esporte e o lazer, a maternidade, o trabalho como agricultoras e agricultores, artesãs e artesãos, a participação em grupos de escotismo e em grupos religiosos: estes foram alguns dos aspectos que se revelaram no mapa social construído com o grupo.

Nas duas pesquisas, é importante destacar o papel e lugar do **lúdico** no processo. O uso de músicas, teatro e jogos permitiu construir as condições para facilitar o compartilhamento do espaço, a apropriação da fala, assim como a afirmação do lugar das subjetividades presentes no processo de aprendizagem e reflexão.

A presença do lúdico, enquanto estratégia metodológica, ajudou a identificar outras possibilidades de compreensão dos símbolos e signos que os cercavam.

Estes momentos ricos permitiram às educadoras-pesquisadoras organizar informações para a reflexão com o grupo. Este foi um primeiro passo no processo de construção de conhecimentos proposto nesta ação de pesquisa. Com os contatos iniciais com as jovens e os jovens, e a organização prévia de uma observação sobre o grupo – lembrando que cada uma das pesquisas construiu esta observação de maneiras distintas –, a segunda fase do trabalho de pesquisa requereu realizar um exercício de construção de dados para passar para a próxima etapa: a sistematização da informação e a discussão dos resultados obtidos.

Neste momento, foi importante o diálogo com a **bibliografia** pesquisada. Alguns dos textos e materiais utilizados faziam parte da bibliografia do curso regional, e outros foram indicados pela coordenação do CFES-NE, a partir das questões específicas trabalhadas na pesquisa. A seleção da bibliografia foi um passo muito importante para o desenvolvimento da pesquisa, foi o momento em que estabelecemos nossas compreensões para a construção dos estudos. Como pensamos juventudes? Como pensamos identidade? Como pensamos gestão? Estas definições teriam repercussão em toda a pesquisa e orientariam a organização metodológica.

Se a definição dos instrumentos e ferramentas precisa dialogar com o tema ou problema de pesquisa e com o tipo de pesquisa (aqui, a pesquisa-ação), ela também precisa ser coerente com as orientações teóricas definidas para a investigação. Assim, as referências teóricas precisavam estar disponíveis para o grupo. Em ambas as pesquisas, foram apresentados aos participantes os conceitos orientadores para as leituras e debates, o que ajudou a sistematizar e

consolidar as referências dos grupos, em diálogo com as referências bibliográficas mobilizadas para a pesquisa.

Superadas estas etapas, as equipes problematizaram junto aos grupos **os resultados**: que ações teríamos ao final do processo de pesquisa? Definir e compreender o que seria a *ação* no horizonte da pesquisa foi um aspecto problemático e difícil. As equipes depararam-se com dúvidas quanto ao papel das pesquisadoras na realização da *ação*. Era necessário participar da efetivação das ações identificadas pela pesquisa-ação? Este foi um momento muito singular para compreender a ação educativa presente no processo de pesquisa-ação.

Não se tratava de resolver diretamente as questões dos grupos envolvidos na pesquisa, mas de ser responsável pela problematização que permitia ao grupo identificar questões e apontar suas possíveis soluções. Estas respostas precisavam ser assumidas pelo grupo, o que só seria possível com a real apropriação da reflexão construída. Assim, a pesquisa-ação tornava-se instrumento para que o grupo pudesse compreender problemas que vivenciava e apontar soluções.

A última etapa da pesquisa foi o processo de apresentação do **relatório final**. Este precisava ser capaz de compartilhar o processo vivido, as dificuldades e surpresas surgidas, os desafios superados e as soluções encontradas. O desafio foi organizar as ideias, traduzir sentimentos, imagens e representações em texto. Escrever não foi fácil. Parte da informação foi organizada em texto pelas pesquisadoras, somando fotos e outros registros. Outra parte permaneceu como elementos orais que estarão presentes na experiência dos grupos e das pesquisadoras. Isso nos remete à compreensão e afirmação de que parte do saber popular circula e se mantém através de outras linguagens e estratégias. Os relatórios das pesquisas foram compartilhados com os grupos e tornaram-se documentos que passam a fazer parte de suas trajetórias de organização.



# ***Nossos aprendizados***



Como já trouxemos em outros momentos deste caderno, a partir do Curso Regional de Formação Autogestionária de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária do Nordeste, e utilizando a pesquisa-ação como estratégia pedagógica, buscamos discutir sobre questões ligadas às juventudes. A partir do desenvolvimento das pesquisas, nos intervalos entre os módulos vivenciais, foram se consolidando importantes reflexões sobre certos conceitos, com preocupações diferentes em cada pesquisa. Após explicitar as opções metodológicas, precisamos agora observar como os problemas foram desenvolvidos e que compreensões foram construídas.

É importante observar nossa intenção em – além de interpretar – formular meios para transformar a realidade, de modo que o processo de transformação seja em si uma ação educativa. Ter as juventudes enquanto problema de pesquisa tinha por objetivo, além de desenvolver compreensões sobre este grupo ou de contribuir para sua organicidade e ação, provocar o movimento da economia solidária quanto à existência e ao lugar que as juventudes precisam ocupar reconhecendo seu papel e contribuição.

Nas duas pesquisas, os grupos eram compostos por jovens que buscavam discutir suas compreensões de juventude. Para conseguir trabalhar este objetivo, foi importante e necessário pensar a identidade dos grupos. Um aspecto presente na pesquisa com a COOPERJOS foi a relação da juventude com o trabalho no campo e suas estratégias de gestão e organização, considerando os vários tipos de trabalhos envolvidos no dia a dia da fabriqueta, espaço de produção da juventude da COOPERJOS. Já na pesquisa sobre a câmara temática, sobressairam-se a preocupação com a ação da representação, com a construção de estratégias para ultrapassar a falta de estrutura, assim como com a construção de significados para a ação política da juventude no território.

## Juventudes: pertencimento e identidade

*Eu não sou você, você não é eu,  
mas somos um grupo,  
enquanto somos capazes de,  
diferenciadamente,  
eu ser eu, vivendo com você e você ser você,  
vivendo comigo.*

MADALENA FREIRE

Uma questão difícil, que vem atravessando vários campos de estudo, é como definir juventude. Esta definição tem seu lugar nas pesquisas acadêmicas, assim como junto aos grupos que reivindicam pertencer a esta *condição social* enquanto *jovens*. Segundo Nilson Weisheimer, no prefácio do livro *As juventudes e seus diferentes sujeitos a juventude* seria uma representação social relacional que se constrói “como um conjunto de representações sociais que guardam contidos os valores e símbolos das relações entre indivíduos e sociedade” (2017, p.14), enquanto que *jovem* define os sujeitos históricos, concretos, que vivem “em determinadas situações de classes sociais e experimentam processos de socialização específicos” (2017, p.15).

Mas, considerando estes aspectos da juventude enquanto representação de uma vivência de jovens em condições específicas, faz-se necessário falar de *juventudes*, de forma a reconhecer e afirmar as diferenças de classe, gênero, etnia, cultura, dentre outras, que compõem as identidades ou experiências históricas concretas das e dos jovens. Jovens do campo e da cidade passam por processos diferentes de sociabilidade, assim como as e os estudantes que atuam em movimentos artísticos

ou ambientais, mulheres e homens, negras e negros, e aquelas e aqueles que fazem parte de povos originários e tradicionais.

Nesta perspectiva, não nos prenderemos a preocupações com *faixas etárias*, embora estas sejam formas de conceituar *juventude* muito utilizadas. As faixas etárias cumprem um papel, por exemplo, na organização de políticas públicas para a juventude, mas, ao serem utilizadas como forma geral de identificar as juventudes, invisibilizam as relações de poder que percorrem as classificações etárias. Pertencer a uma determinada faixa etária, que define o ser jovem, remete ao reconhecimento de que um determinado momento da vida é compreendido como um momento de transição. Estar na faixa etária atribuída a juventude se traduz em *responsabilidades* ainda não alcançadas – como, por exemplo, trabalho, casamento, moradia –, estabelecendo uma relação de subordinação com os mais velhos.

Partindo desta referência, e estabelecendo que discutiremos as e os jovens e as juventudes, caminhamos para a compreensão da noção de identidade que fez parte das reflexões dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos, já que, se não sabemos quem somos, se não buscamos conhecer nossa identidade, não apenas como grupo ou categoria, perdemos-nos no que ouvimos a nosso respeito, no que as políticas sociais nos impõem cotidianamente, e terminamos por não nos apropriar da autonomia que pode ser gerada pelo autorreconhecimento, ou melhor, da autonomia que vai se construindo no caminho trilhado até ele.

Na pesquisa que envolveu as juventudes que compõem a Câmara Temática do Potengi, a preocupação com a identidade do grupo advinha de perceber que eram muitas as identidades particulares presentes naquele espaço. Como a política de organização das Câmaras Temáticas de Juventudes estabelece como critério de participação ter idade entre 15 e 29 anos, este se torna um elemento

de identificação do grupo que não pode ser esquecido. A questão, então, seria: o que nos reúne, o que nos mobiliza coletivamente? Se é o fato de sermos jovens, com toda a nossa diversidade, o que isso significa? Esta discussão levou a dois resultados. O primeiro percebe reivindicações do grupo, já que “sentem a ausência da política pública no seu dia a dia, a falta de trabalho e renda, de incentivo à cultura e ao lazer, e se deparam com a educação, saúde e transporte precarizados” conforme o relatório de Ingrid Ferreira e Sandyeva Araújo, *Câmara temática de juventude do território Potengi: descobrindo identidade, construindo organicidade*. Outro aspecto trazido pelo grupo refere-se à percepção social construída acerca das e dos jovens como desinteressadas e desinteressados, problemáticas e problemáticos, desorganizadas e desorganizados, dentre outras características.

Para as jovens e os jovens presentes na COOPERJOS, idade não faz parte dos critérios de definição das juventudes. A juventude é uma vivência da comunidade. A identificação das e dos jovens se dá pela partilha de condições específicas, como, por exemplo, o sentimento de desesperança, o tempo ocioso, a falta de acesso a trabalho, a falta de cursos que lhes permitam continuar no campo, a falta de diálogo. Estas percepções compartilhadas os levaram à organização da cooperativa e hoje o grupo acredita que alguns aspectos desta realidade mudaram, mas não foram ainda superados.

Nos dois relatórios de pesquisa percebe-se na juventude um sentimento de *ausências*, a falta de políticas públicas adequadas, de garantia de futuro. Estas ausências apontam para a dificuldade das e dos jovens em ter acesso a condições que lhes permitam construir seus *projetos de vida*, pensados como escolhas e caminhos que são identificados para dar contorno ao próprio futuro. Os projetos de vida dependem da compreensão das e dos jovens de suas identidades territoriais, do acesso a educação, arte, cultura e lazer, contextualizados a partir de suas vivências, e de oportunidades de trabalho e reprodução da vida.

## Juventudes: trabalho e organização

Na experiência de Arauá, no Sul sergipano, as jovens e os jovens organizaram-se em uma cooperativa, buscando estabelecer novas possibilidades para suas vidas, frente às ausências observadas. Depois de diversas oficinas realizadas na comunidade, decidiram organizar uma cooperativa de beneficiamento da macaxeira, produto produzido pelas famílias da localidade: “a macaxeira industrializada pode ser utilizada na alimentação humana como mandioca (aipim) pré-cozida, farinhas cruas ou torradas, congelada pronta para fritar, polvilho doce ou azedo, farofas prontas, ou, ainda, como aditivo na fabricação de embutidos, balas, bolachas, sobremesas, sagu, sopas e pão, na comunidade atualmente se produz 15 toneladas/ano de macaxeira” citado do relatório *Protagonismo juvenil – grupo de jovens cooperativistas da Colônia Sucupira (COOPERJOS)* produzido por Kátia Mecenas e Érica Lima.

Uma das questões que o grupo buscou resolver foi como dividir o trabalho. Para isso, realizaram assembleias e reuniões para identificar os trabalhos necessários ao funcionamento da fabriqueta e para atribuir a cada uma e cada uma parte do trabalho a ser realizado. O espaço de realização do trabalho é chamado pelo grupo de “fabriqueta”, nome que surge na viabilização da estrutura inicial, a partir de um projeto da Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE). Porém, com o início de um segundo projeto, este da Secretaria de Estado de Inclusão Social, passam a chamá-lo de “agroindústria”. A diferença aqui de nomenclatura relaciona-se com o acesso a políticas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Agroindústria e PRONAF Infraestrutura) e, embora o grupo considere que fabriqueta melhor os representa, elas e eles sentem que, para falar da cooperativa em outros lugares, devem se referir a ela como “agroindústria”.

A agroindústria, proposta principalmente por políticas públicas *modernizadoras* do campo, tem como objetivo aprofundar as contradições sobre a forma de produção camponesa. Ela traz em si a representação e o simbolismo de uma afirmação de necessidade de *desenvolvimento* para o campo que se traduz em uso de agrotóxicos, maquinários não adaptados e transgênicos, enquanto retrata o campo e a experiência das camponesas e dos camponeses como atrasados ou ineficientes. O impacto deste discurso repercute nas formas de organização das camponesas e dos camponeses. Por isso é muito importante compreendermos a história por trás dos conceitos e a necessidade de problematizá-los.

Na Câmara Temática de Juventude do Potengi-RN, as jovens e os jovens vêm de vários municípios e de grupos diversos, em busca de um espaço de encontro para discutir e reivindicar políticas públicas para as juventudes em suas comunidades. A câmara temática, como espaço do colegiado territorial do Potengi, enfrentava muitos problemas para construir processos organizativos contínuos, o que dificultava a realização de atividades de formação, de luta por trabalho e renda, ou mesmo de organização política. As dificuldades de continuidade derivavam de ausência de recursos para a reunião das jovens e dos jovens e de uma estrutura interna de animação.

A câmara temática faz parte da estrutura de organização do programa Territórios da Cidadania, política lançada em 2008 pelo governo federal que, tem por objetivo<sup>1</sup>, promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A partir da análise da juventude que compõe a câmara temática de Juventude, embora os critérios de organização dos Territórios da Cidadania priorizem como

---

**1** Mais informações sobre os territórios da Cidadania podem ser obtidas no endereço: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/oprograma>

estratégia identitária a vocação econômica dos municípios envolvidos, esta política territorial provocou uma reflexão sobre territórios e territorialidades importante para avançar em outras estratégias de identidade, que permitem outras formas de organização.

Na economia solidária, temos afirmado que o território – enquanto lugar de construção das relações sociais e organização da vida, e espaço de identidade – revestiu-se de uma dimensão pedagógica nas práticas das educadoras e educadores da economia solidária. Em seus aprendizados, elas e eles têm discutido o território como lugar de resistência ao desenvolvimentismo, aprendendo em particular com as práticas dos povos originários e tradicionais e de camponesas e camponeses. O território avança, assim, como lugar de enfrentamento, afirmação e recuperação de identidades e territorialidades. Esta foi uma questão que surgiu para as juventudes ao perceberem que sua presença e articulação podia se referenciar no mapa social que lhes revelava mais sobre quem eram, como podiam se reconhecer e quais as demandas reais que deveriam reivindicar.



***As pesquisas:  
alguns resultados  
e avaliações***



Os debates realizados nas duas pesquisas resultaram em orientações para o futuro de ambos os grupos. Os e as participantes da pesquisa na COOPERJIOS perceberam que eram necessárias atividades de formação para as jovens e os jovens, com destaque para a importância de conhecer o Estatuto da Juventude e as políticas públicas voltadas para a juventude e o campo. Para este grupo, de acordo com o relatório da pesquisa-ação *Protagonismo juvenil – grupo de jovens cooperativistas da Colônia Sucupira (COOPERJIOS)* produzido por Kátia Mecenas e Érica Lima, “é importante o avanço da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, na perspectiva de incorporar a linha de transição agroecológica.”

Elas e eles perceberam, ainda, a importância do trabalho desenvolvido na articulação da comunidade, considerando que, ao beneficiarem a macaxeira, contribuíam com a movimentação econômica não apenas para as jovens e os jovens envolvidos na cooperativa, mas também para as demais pessoas que lhes vendiam a macaxeira. O grupo discutiu também a necessidade de refletir mais sobre sua organização interna e sobre a forma de dividir os trabalhos, considerando o trabalho na fábrica e na administração.

A pesquisa sobre a câmara temática da Juventude do Potengi apontou a necessidade de aprofundar com o grupo, através de outros encontros, a compreensão sobre suas identidades e sua organização. De forma mais imediata, o grupo constituiu uma Comissão de Animação e outras comissões, como Finanças e Comunicação. De acordo com o relatório da pesquisa de Ingrid Ferreira e Sandyeve Araújo, *Câmara temática de juventude do território Potengi: descobrindo identidade, construindo organicidade*: “Os benefícios que sentimos se expressam na postura e segurança que podemos observar nas jovens e nos jovens, após os momentos vividos, e a expectativa de todas e todos para os próximos passos.”

As pesquisadoras relatam a importância de assumir o papel de mediação e as dificuldades para se colocar neste papel, já que isso implicava compartilhar a responsabilidade pelo conhecimento produzido com as jovens e os jovens que participavam do processo de pesquisa. Assim, este foi um processo de descobertas e de mudanças: *“transformamo-nos com as transformações que iam acontecendo a cada nova palavra, desenho, figura, canção que iam desvendando a identidade da experiência e também seus desafios”*, destacam Ingrid e Sandyeva no relatório da pesquisa citado acima.

Ambas as pesquisas foram espaço para reflexões sobre problemas e indagações cotidianos, que não eram priorizadas diante de demandas mais urgentes. Isso aponta também para a importância de considerarmos como a educação popular cumpriu o papel de estabelecer nestas experiências o cotidiano e o subjetivo como pontos de partida singulares para fortalecer as relações nos grupos.





***Algumas  
conclusões...***



Como dissemos no início, as juventudes não eram identificadas como um grupo ou setor dentro do movimento da economia solidária. Isso aconteceu muito em razão da forma como a economia solidária, enquanto movimento, vem se organizando no Brasil ao longo dos anos. Vamos ver alguns destes momentos.

- Em 2001, no primeiro Fórum Social Mundial, dá-se início à articulação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e sua composição se fortalece a partir dos fóruns estaduais que começam a se constituir em 2003. Grandes redes e entidades, além de gestoras e gestores públicos, contribuem para a articulação inicial de um Grupo de Trabalho Nacional de Economia Solidária, que delinea as primeiras estratégias combinando a articulação do campo com a busca de políticas públicas.
- Em 2003, na III Plenária Nacional da Economia Solidária, é aprovada uma “Carta de Princípios” que afirma que “a Economia Solidária ressurgiu como resgate da luta histórica dos (as) trabalhadores (as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza”. Assim, a economia solidária buscava naquele momento criar unidade entre as experiências de trabalho comunitárias, artesanais, individuais, familiares e cooperativadas, que compartilhavam alguns princípios comuns de organização, como a solidariedade, a autogestão, a cooperação e a horizontalidade. Não se colocava no horizonte a problematização de grupos, categorias e povos. Neste ano também a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES é criada e as políticas públicas

trazem definições que também têm impacto na própria definição do movimento e de sua composição.

- Na IV e V Plenárias, e em momentos anteriores a elas, destacam-se os debates das mulheres para discutir, a partir da economia feminista, a necessidade de ampliar o olhar sobre o que seria o econômico, buscando dar visibilidade a toda uma esfera de trabalho invisível realizado pelas mulheres. Esta problematização trazida pelas mulheres tornava necessário, além de rever a definição do movimento sobre o econômico, discutir também outras economias, como as dos povos originários e tradicionais, mas naquele momento isso aconteceu ainda de forma bastante incipiente. A IV Plenária voltou-se a uma maior estruturação do Fórum Brasileiro e a definição de sua composição a partir de: **Empreendimentos Econômicos Solidários** que tivessem uma atividade coletiva (produção de bens ou serviços, ou crédito, venda, troca ou consumo) e fossem responsáveis por uma organização local, de forma associada ou cooperativada, sendo grupos formais ou informais, do campo ou da cidade; **entidades de apoio e fomento** que desenvolvessem ações de apoio junto aos empreendimentos; e **gestoras e gestores públicos** que estivessem diretamente ligados à formulação e execução de políticas públicas de economia solidária.
- Na III Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES, realizada em 2014, temos a presença da juventude, que apresenta uma moção solicitando o reconhecimento de sua participação, esta demanda da juventude coloca em questão o desenho de organização da economia solidária a partir de

empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestoras e gestores públicos. A moção de apoio apresentada na III CONAES afirma que “Nós somos jovens da Economia Solidária (ECOSOL), que vêm das mais diferentes realidades – dos empreendimentos, agricultores e agricultoras, filhos e filhas da militância da ECOSOL; no campo e na cidade, quilombolas, indígenas. Somos diversidade.” Assim, com esta moção, e em sua reivindicação de participação, as juventudes davam visibilidade a um limite presente na organização dos fóruns, já que estes se constituíam de representações provenientes de 3 segmentos específicos – como as juventudes poderiam participar se não vinham destes locais?

Esta não é uma questão que diz respeito apenas às juventudes. Ela se refere também aos povos tradicionais e originários e a militantes vindas e vindos de outras trajetórias. Assim, o movimento de economia solidária e seus espaços de articulação precisam refletir sobre o sentido destas participações e como elas podem ampliar a própria concepção de economia solidária que tem organizado o movimento.

Outra questão singular notada pela pesquisa é como as práticas das juventudes nas ações de educação do movimento da economia solidária renovam aspectos da educação popular. As juventudes, como expressão de uma representação de jovens em contextos específicos, contribuem com a percepção de subjetividades e a identificação de limites que só são possíveis àquelas e àqueles que estão atravessando situações de ausências quanto ao acesso a escolhas que lhes permitam ter um futuro. As juventudes dão voz a pressões estabelecidas hoje e que repercutirão amanhã, e fortalecem os compromissos da educação popular com a emancipação e com a valorização dos conhecimentos construídos nos diversos momentos da vida.

Ao afirmar sua identidade e o fato de que esta se configura em territorialidades que estão presentes na economia solidária, as juventudes ressaltam também a urgência de reconhecermos as pluralidades e diversidades que nos fazem no mundo e que dão sentido às nossas ações. O ambiente econômico é atravessado por relações de poder complexas, que precisam ser quebradas. Somos mulheres e homens, de gerações diferentes, negras e negros, quilombolas, indígenas, com deficiências físicas e mentais, do campo e da cidade, com sexualidades diversas, e estas identidades repercutem nas condições de participação na esfera econômica. É preciso que uma nova economia reflita sobre estas relações de poder, que ficam invisíveis quando reconhecemos o econômico apenas nas relações que são mediadas pela produção, comercialização, troca ou consumo de produtos e serviços.



# Referências

Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça e Shirley Santos escreveram “A concepção de economia solidária que orienta nossa ação”, capítulo do livro *A construção do conhecimento em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste*, organizado pelas mesmas autoras em 2012, pela F&A Gráfica e Editora reúne sistematizações de experiências de empreendimentos econômicos solidários de todo o Nordeste.

Michel Thiollent é autor do livro *Metodologia da Pesquisa Ação*, publicado em 2011 pela Editora Cortez, que discute a pesquisa-ação frente a outras formas de construção do conhecimento e algumas possíveis estratégias para o desenvolvimento deste método de investigação participativa e coletiva.

Nilson Weisheimer é sociólogo, professor da Universidade do Recôncavo Baiano, autor do prefácio do livro *As Juventudes e seus Diferentes Sujeitos*, organizado por Tarcísio Augusto

Alves da Silva, professor da UFRPE. O livro foi publicado em 2017 pela Editora da UFRPE.

A *Carta de Princípios da Economia Solidária* é um documento escrito e aprovado na III Plenária Nacional de Economia Solidária, em 2003, e pode ser lida no endereço: <<http://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

Kátia Mecenaz e Érica Lima, educadoras populares de Sergipe, apresentaram o relatório da pesquisa *Protagonismo juvenil – grupo de jovens cooperativistas da Colônia Sucupira (COOPER-JOS)*, realizada no município de Arauá, em Sergipe, em 2016.

Ingrid Ferreira e Sandyeva Araújo, educadoras populares do Rio Grande do Norte, apresentaram o relatório da pesquisa *Câmara temática de juventude do território Potengi: descobrindo identidade, construindo organicidade*, realizada no território do Potengi, no estado do Rio Grande do Norte em 2016.

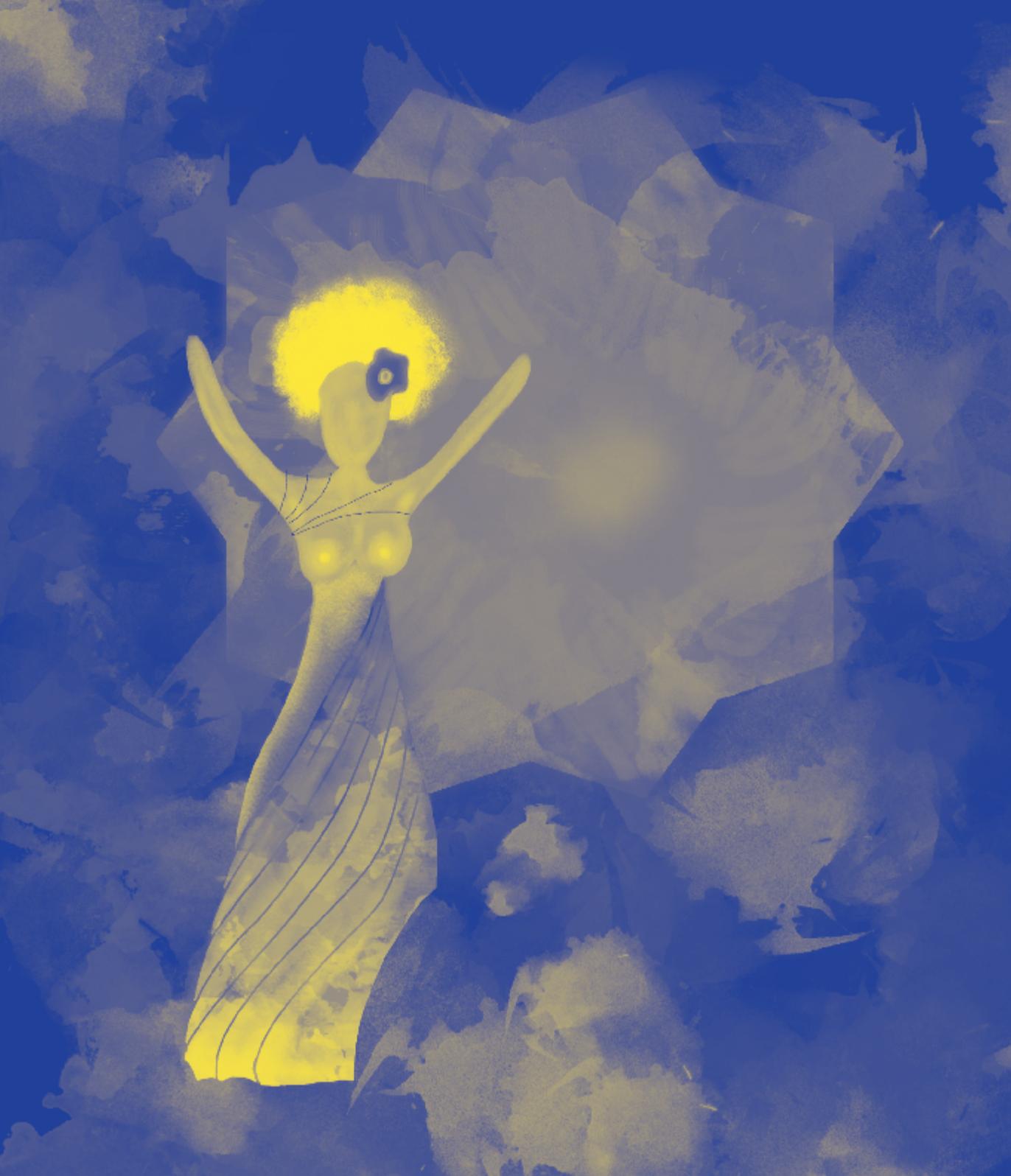
A *Carta da juventude da economia solidária presente no FREPOP* é um documento que foi produzido durante o XII Fórum Nacional de Educação Popular – FREPOP e no IX Fórum Internacional de Educação Popular, realizados de 22 a 26 de julho de 2014, em Lagarto, Sergipe. Pode ser lido no endereço: <http://fbes.org.br/2014/07/29/carta-da-juventude-da-economia-solidaria-presente-no-frepop/>, que foi acessado em: 20 de janeiro de 2017



**CADERNO PEDAGÓGICO**

**as experiências  
das mulheres  
e sua relação  
com a  
educação  
popular  
em economia  
solidária**

**Mônica Vilaça  
Maria Katiana Barbosa da Silva**





# ***Introdução***



Este texto e os temas nele apresentados são fruto do exercício metodológico e pedagógico realizado por educadoras e educadores populares participantes do Curso de Formação Autogestionária de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária do Nordeste, realizado pelo Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste – CFES-NE. Neste texto, especificamente, compartilhamos algumas reflexões sistematizadas a partir de um processo de investigação que teve como preocupação principal refletir sobre a realidade das mulheres.

Estes estudos nos permitiram dialogar com práticas e vivências das mulheres que trazem uma forma singular de compreender a realidade e que têm estabelecido importantes questões para as diversas ciências, os movimentos e organizações sociais e a política. A maneira das mulheres de acessar o mundo e compreendê-lo deriva de uma divisão social que propõe conhecimentos, sentimentos, emoções, espaços e valores diferentes para mulheres e homens. Esta separação do mundo estrutura-se em um sistema de dominação que estabelece os lugares de decisão e poder da vida social para os homens. Assim, se os homens são as únicas vozes na política, na construção de direitos, nas esferas do trabalho e da economia, o mundo torna-se expressão apenas dos homens. Este sistema que confere poder aos homens, que chamamos de patriarcado, cria várias formas de desigualdades para as mulheres. É contra estas desigualdades – expressas em menores salários, falta de acesso seguro aos espaços públicos, ínfima representação na política, violência doméstica, dentre tantas outras discriminações e violências – que as mulheres seguem lutando.

Com sua luta, as mulheres têm levado a uma complexificação da vida demonstrando que negar ou esconder seu lugar no mundo leva a uma realidade parcial, desigual e incapaz de garantir uma existência plena a mulheres e homens. Escutar suas vozes, reconhecer seus saberes, compreender seus enfrentamentos

por justiça e por uma igualdade que reconheça as diversidades é necessário para que possamos construir uma outra realidade plural. As mulheres são diversas e suas pautas são muito distintas. São mulheres negras, indígenas, quilombolas, estudantes, trabalhadoras, deficientes físicas, lésbicas. Cada uma destas identidades cria um conjunto de enfrentamentos específicos que têm levado as mulheres a compreender que precisam falar sempre no plural, respeitar a diversidade de suas vivências e que cada uma destas experiências está enraizada em territórios particulares que constroem trajetórias únicas.

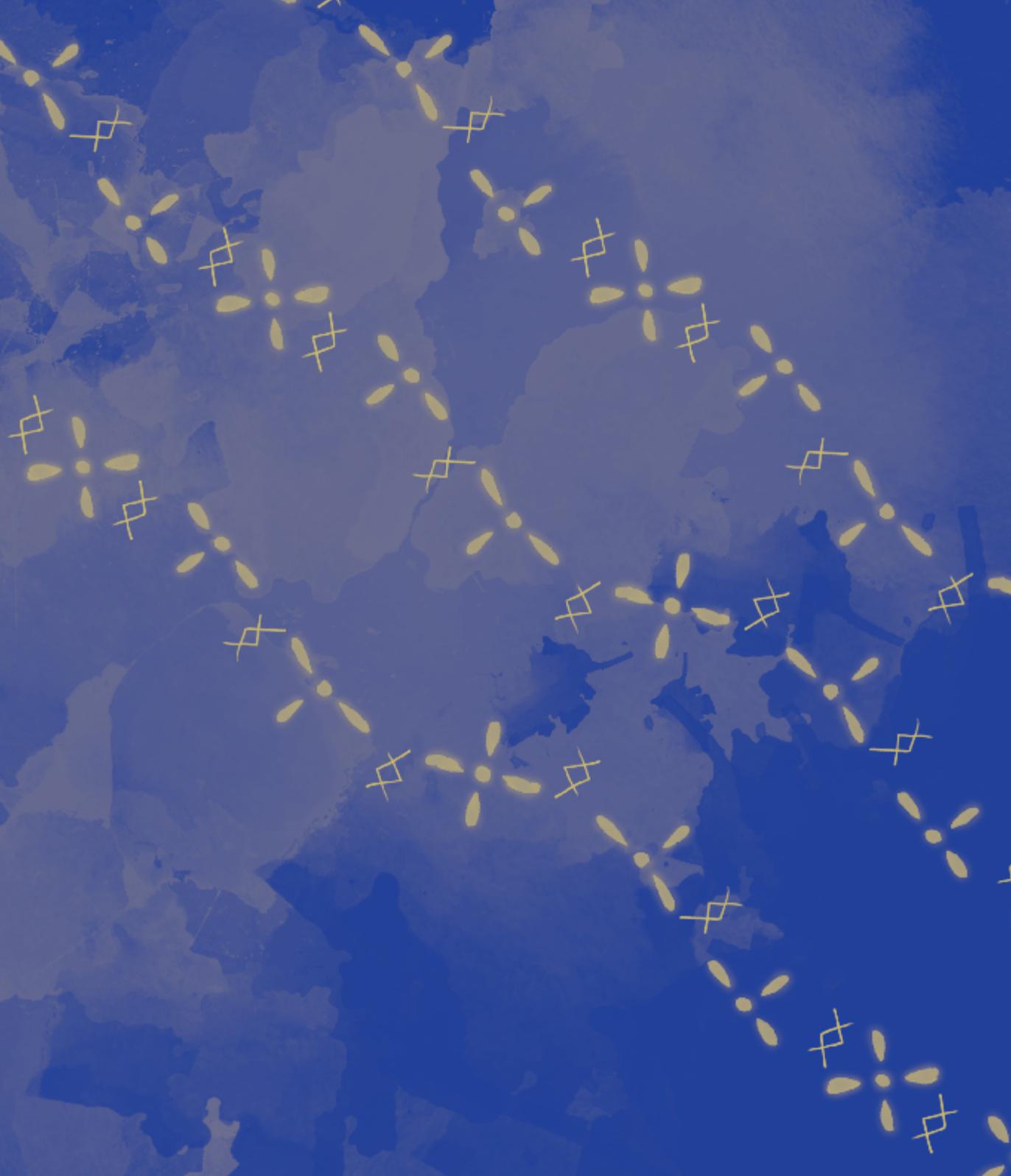
As mulheres que estão na economia solidária também trazem suas diversas lutas específicas. Embora representem a maioria das mãos que vêm construindo a economia solidária no campo e na cidade, as mulheres têm tido dificuldade em se organizar dentro da economia solidária. A organização faz-se necessária para que possamos compreender as contribuições que as experiências das mulheres trazem para o avanço da economia solidária.

Assim, neste texto, abordaremos três pesquisas: duas delas foram realizadas no Rio Grande do Norte. A primeira traz o título *Mãos que cuidam: mulheres doulas resgatando vidas para a redução da morbidade e mortalidade materna* e foi realizada com as mulheres do projeto “Mulheres doulas articulando vidas para a redução da morbidade e mortalidade materna”, do Hospital Maternidade Belarmina Monte, situado em São Gonçalo do Amarante-RN, no território Terras dos Potiguaras. A segunda pesquisa, intitulada *Fortalecendo a autogestão das mulheres da CCAPAR – Cooperativa de Costureiras e Artesãos de Parnamirim*, foi realizada no município de Parnamirim, também no território Terras dos Potiguaras. A terceira pesquisa foi realizada no estado de Sergipe, com o título *Grupo de Mulheres Agroecológicas de Quissamã*, que fica no Assentamento Moacir Wanderley, no povoado Quissamã, município de Nossa Senhora do Socorro, no território da Grande Aracaju.

Os conteúdos e debates que este texto apresenta foram construídos a partir destas pesquisas. Trata-se de uma reflexão elaborada a partir dos conhecimentos produzidos por estas investigações. Aqui buscamos sistematizar elementos considerados relevantes e apresentar questões que ficaram ainda em aberto para futuras reflexões sobre estas experiências. A maior parte das pesquisas dos cursos foi realizada com mulheres, mas estas três trazem questões mais particulares para avançarmos na reflexão sobre a vida das mulheres. Destacamos que a pesquisa *Fortalecendo a autogestão das mulheres da CCAPAR – Cooperativa de Costureiras e Artesãos de Parnamirim* também compõe o Caderno Educação em Economia Solidária e Autogestão e que a pesquisa *Grupo de Mulheres Agroecológicas de Quissamã* compõe também o Caderno Economia Solidária e Agroecologia.

Este texto busca compartilhar com os empreendimentos da economia solidária, as organizações de assessoria técnica, os movimentos populares, outras redes de educação popular, pesquisadoras e pesquisadores uma caminhada a partir do olhar das mulheres. A proposta de pesquisa foi construída pelas educadoras-pesquisadoras e pelos educadores-pesquisadores durante o Curso de Formação do CFES.

A segunda parte deste texto apresenta aspectos da educação popular e sua relação com a economia solidária e analisa como as mulheres se inserem nesse processo, considerando suas experiências. Em um terceiro momento, discutimos sobre os caminhos metodológicos percorridos na pesquisa-ação, socializando as ferramentas utilizadas. Na quarta parte, trazemos uma reflexão sobre as vivências das educadoras e dos educadores na educação popular em economia solidária, apontando ideias para um trabalho na prática pedagógica com mulheres. E, por fim, apresentamos algumas conclusões sobre os resultados deste processo para as educadoras-pesquisadoras e os educadores-pesquisadores.





***A educação popular  
e sua relação com a  
economia solidária***



A educação popular ganha relevo com Paulo Freire a partir da década de 1960, com suas experiências, reflexões e formulações sobre novas formas de ensino com base na realidade vivida pelas educandas e pelos educandos. A educação popular é considerada uma vivência libertadora, que busca aproximar permanentemente uma prática e uma teoria ou discurso: é o que chamamos de práxis, a busca pela relação entre prática e teoria, subjetividade e objetividade, ação e reflexão.

A educação que é regulada pelo Estado, pública ou privada, que nós conhecemos como educação formal, é ensinada para as pessoas a partir de uma lógica que vê a prática educativa como uma ação de transferência de conteúdos para educandas e educandos passivos. Este tipo de educação é também conhecido como educação bancária. Já a educação popular tem por objetivo ser uma educação libertadora e emancipadora, a partir da qual a educanda e o educando sejam corresponsáveis pelo processo pedagógico juntamente com a educadora ou o educador. A prática educativa da educação popular se dá a partir do elo dialógico entre educando e educanda e educador e educadora, possibilitando a criação de uma visão transformadora do contexto em que se vive.

A luta pela reafirmação e legitimidade da educação popular é uma luta pela reapropriação popular dos saberes socialmente construídos, respeitando a história e o saber dos povos. Ela também faz parte de um projeto político que reivindica a emancipação popular, o direito de todas e todos a uma vida plena. A economia solidária reconhece a educação popular como estratégia pedagógica que possibilita fortalecer as relações sociais nos territórios, a construção e reconhecimento de diferentes maneiras de pensar e elaborar sobre a vida, e que contribui para a reflexão sobre uma economia que propõe ter, no centro de suas preocupações, o cuidado com a vida, pautando a liberdade e a solidariedade entre as pessoas. A economia solidária busca a organização de uma outra sociedade, estruturada em outra forma de produzir e reproduzir a vida, e luta contra o

racismo, a homofobia, o patriarcado e o desenvolvimentismo, tornando-se lugar de articulação e diálogo com outros movimentos que confrontam o atual sistema econômico.

Como menciona Maria Lúcia Martinelli, no livro *Serviço Social: identidade e alienação*, de 2000, a própria consciência vai transformando-se ao longo do processo, tornando-se consciência social, consciência política, consciência crítica, produto e condição da atividade material das pessoas. Essa é uma das contribuições que a educação popular em economia solidária pode trazer para os empreendimentos econômicos solidários, já que estes empreendimentos são lugares de transformação de realidades locais, onde se vivenciam conflitos relacionados com o acesso à terra (e os seus usos), à moradia, à saúde e à educação e com a preservação de culturas e ritos.

A educação popular em economia solidária problematiza as relações sociais dos sujeitos envolvidos nos processos educativos, suas formas de organização e participação. Através do processo de reflexão e apropriação da própria realidade, afirma-se que a participação política, social e econômica deve fazer parte da vida de todas e todos.

Investigar a experiência das mulheres a partir das pesquisas-ação realizadas mostrou-se muito importante pelo fato de esta ser uma temática emergente nos processos de educação popular e da economia solidária. A economia solidária tem buscado, nos últimos anos, em conferências e plenárias, e através dos seus fóruns, discutir as pautas específicas das mulheres. Esta não tem sido uma tarefa fácil. Caminhar para além das questões mais imediatas da prática econômica solidária, como a produção e a comercialização, e abarcar a complexidade que exige reconhecer outras práticas econômicas, como a reprodução da vida que tem sido atribuída às mulheres, tem-se mostrado uma batalha difícil.

Na economia solidária, articulam-se setores que discutem a economia feminista responsáveis por problematizar a invisibilidade das mulheres e que tem mostrado a necessidade de a economia solidária tornar-se espaço de reapropriação do fazer econômico pelas mulheres. Em uma economia associativa – com a partilha do produto produzido coletivamente e a propriedade coletiva das ferramentas e meios utilizados para a produção autogestionária –, que tem como pressuposto a definição coletiva de todas e todos quanto aos caminhos a serem assumidos pelo grupo, é urgente compreender e problematizar outras dimensões econômicas que seguem escondidas. Esconder o trabalho das mulheres implica em desigualdades entre mulheres e homens quanto à forma de organizar a vida e quanto ao projeto de liberdade que deve estar presente na construção cotidiana da economia solidária. Por isso, estabelecer a presença das mulheres, de suas práticas e conhecimentos, nos espaços da educação popular em economia solidária, torna-se de extrema importância.

Um dos objetivos deste caderno é justamente este: compartilhar os aprendizados com os grupos, as associações, as cooperativas, as organizações de assessoria técnica, o movimento feminista do campo e da cidade, o movimento de agroecologia, dentre outros movimentos e espaços.

Como já informamos antes, este caderno surge de experiências de pesquisa-ação desenvolvidas em um Curso Regional de Formação Autogestionária de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária do Nordeste, promovido pelo CFES-NE. Um aspecto importante é que a maior parte das pesquisas foram realizadas com grupos compostos por mulheres, mas o foco da investigação voltou-se para outros aspectos de suas experiências, como a agroecologia, a autogestão, a identidade quilombola. Do conjunto das pesquisas, tivemos 3 que refletiram mais especificamente questões referentes às condições de vida das mulheres.

A primeira pesquisa, *Mãos que cuidam: mulheres doulas resgatando vidas para a redução da morbidade e mortalidade materna*, foi realizada por Francinete Melo, Leonete Roseno, Marcos Dantas e Arimatéia Miranda, com as mulheres do Projeto Mulheres Doulas, do Hospital-Maternidade Belarmina Monte, situado em São Gonçalo do Amarante-RN, no território Terras dos Potiguaras. As mulheres participantes desta experiência atuam diretamente no sistema de saúde e enfrentam resistências quanto aos usos e aplicabilidade do conhecimento por elas organizado, construído e compartilhado há gerações.

A segunda pesquisa, *Fortalecendo a autogestão das mulheres da CCAPAR*, foi realizada por Ana Paula dos Santos e Katiana Barbosa, no município de Parnamirim-RN, também no território Terras dos Potiguaras. As mulheres que participaram desta pesquisa-ação são costureiras que compartilharam sua caminhada na organização de uma cooperativa e suas estratégias para fortalecer a solidariedade e cooperação, mesmo ante as dificuldades para estruturar o funcionamento da cooperativa.

Por fim, temos a pesquisa realizada, no estado de Sergipe, com a experiência do *Grupo de Mulheres Agroecológicas de Quissamã*, por Edson Barreto, Sheila Feitosa e Tiago Costa, junto às mulheres do Assentamento Moacir Wanderley, no povoado Quissamã, município de Nossa Senhora do Socorro, no território da Grande Aracaju. São mulheres assentadas da reforma agrária que têm lutado por uma alimentação segura, seguindo os princípios da agroecologia, e que buscam, com seu trabalho no campo, superar e mudar as relações desiguais de trabalho vivenciadas na casa.





***Mergulhando no  
caminho metodológico  
percorrido na  
pesquisa-ação***



As pesquisas apresentaram em seu processo metodológico ferramentas que buscavam aproximar pesquisadas e pesquisadoras e pesquisadores e estabelecer interlocução entre as participantes, permitindo que durante o percurso cada uma e cada um pudesse tirar dúvidas, contribuir com as ideias que estavam sendo construídas e, sobretudo, deixar uma reflexão elaborada coletivamente.

Nesse sentido, pretende-se aqui compartilhar os processos metodológicos desenvolvidos nas pesquisas-ação, apresentando reflexões sobre as experiências pesquisadas das mulheres doulas e das cooperadas urbanas e rurais, vivenciadas nas práticas de economia solidária.

A pesquisa-ação foi a orientação utilizada para as atividades de investigação que aconteceram no curso. Para melhor defini-la, utilizamos uma citação de Michel Thiollent, retirada da página 20 do livro *Metodologia da pesquisa-ação*, publicado em 1947, que foi uma de nossas referências nesta caminhada regional: “[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

A pesquisa realizada com as doulas teve como objetivos apresentar a importância da profissional doula, que, ao ser inserida no processo do parto, faz a diferença, garantindo à gestante apoio emocional no ciclo gravídico-puerperal; pesquisar ações importantes das doulas em sua participação no momento do nascimento e do parto; e fortalecer as mulheres quanto ao exercício de seus direitos ao dar à luz.

As pesquisadoras e os pesquisadores, em um primeiro momento, procuraram identificar a organização responsável pelo projeto e dialogaram sobre o trabalho a ser desenvolvido. Em seguida, apresentaram as ações que seriam realizadas

durante o processo de pesquisa-ação. Estes dois momentos iniciais foram muito importantes para garantir a apropriação da construção da pesquisa pelo grupo. Foi utilizada na metodologia a mística como ferramenta de promoção de harmonia entre as participantes. A mística deve ser entendida aqui como uma ação que busca fortalecer e reafirmar as razões pelas quais lutamos, a energia que nos move para a ação. Com as doulas e parteiras, a mística foi uma ação de cuidado, que lembrou a importância de conhecer o próprio corpo, compartilhar esse cuidado com as outras mulheres e fortalecer a luta pelo direito de decidir sobre seus corpos.

A roda de conversa foi utilizada como ferramenta de aproximação entre pesquisadas e pesquisadoras e pesquisadores. Essas rodas foram espaço de discussão sobre o curso de doulas, o que motivou a participação das mulheres no curso, como estava acontecendo a adesão das doulas ao serviço do cuidado na preparação do parto e a socialização dos aprendizados, e também permitiu a partilha de relatos das experiências vivenciadas pelas doulas e parteiras tradicionais.

A pesquisa-ação sobre o Grupo de Mulheres Agroecológicas de Quissamã, realizada no município de Nossa Senhora do Socorro-SE, no território da Grande Aracaju, teve como objetivos conhecer a experiência das mulheres, resgatando a história da sua caminhada na luta pela terra; conhecer sua prática agroecológica, o potencial produtivo e os desafios do grupo; e contribuir com a reflexão do grupo na identificação dos problemas e de possíveis soluções. Para isso, foram realizadas cinco oficinas, nas quais os e as pesquisadores e pesquisadoras trabalharam com místicas, resgate da história do grupo, diagrama de Venn, roda de conversa, entrevistas individuais e coletivas e gravação de áudios.

Durante as oficinas, discutiu-se como o grupo trabalhava o manejo da terra, quais produtos produziam, como produziam e quem eram os consumidores

e consumidoras. Estes momentos permitiram conhecer melhor o contexto da experiência e provocar a reflexão sobre a produção, o manejo da terra e a comercialização.

Uma ferramenta específica utilizada foi o diagrama de Venn. Esta ferramenta foi elaborada no campo da matemática e apropriada de maneiras diversas nos espaços de educação popular. Geralmente, é utilizada para representar graficamente as relações sociais e institucionais em que o grupo está inserido e o grau de importância de cada relação em uma dada situação. Para construir esta representação, são utilizados círculos de tamanhos e cores diferentes. Com o uso do diagrama de Venn, foi possível observar possíveis parceiros, identificar alguns órgãos que não foram procurados para a realização de parcerias e mapear instituições que estão distantes, mas são importantes para o grupo, como a Prefeitura Municipal e o Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais. Este momento permitiu a reflexão sobre possíveis parceiros e as possibilidades de cada um de contribuir com o grupo, além de servir para a realização de um levantamento das ações a serem planejadas e que podem ampliar sua organização.

Durante os primeiros encontros, os pesquisadores e as pesquisadoras perceberam uma resistência das mulheres. Isso foi diminuindo com a utilização de metodologias participativas que ajudaram a construir uma relação de confiança com o grupo, permitindo-lhes conhecer as histórias de vida das mulheres, a origem do grupo, sua dinâmica de funcionamento, o que motivou as mulheres a criar um grupo coletivo e produtivo, quais sentimentos e desafios as mulheres enfrentam no cotidiano, quais são suas perspectivas econômicas e de gestão, qual a satisfação das mulheres no uso coletivo da terra, como se dá sua relação e prática com a economia solidária e sua relação com a comunidade e o meio ambiente.

Na pesquisa-ação sobre o *Fortalecimento da Autogestão das Mulheres da CCAPAR*, os encontros com as mulheres foram realizados no bairro de Santos Reis, onde fica a sede da cooperativa. A pesquisa-ação teve como objetivos fomentar a auto-organização e autonomia das mulheres da CCAPAR, através de um processo participativo, e possibilitar, nessa caminhada, a compreensão delas sobre autogestão.

Para realização do projeto de pesquisa, foram realizadas três rodas de conversa que permitiram a apresentação do projeto de pesquisa-ação, a discussão da gestão participativa e do funcionamento da cooperativa. No terceiro momento, foi realizada a avaliação da execução do processo de intervenção.

As três pesquisas utilizaram-se das rodas de diálogo com a preocupação de garantir um espaço de construção circular e horizontal do conhecimento. Com isso, as pesquisadoras e os pesquisadores assumiram no processo o papel de mediar os diálogos garantindo que a voz das mulheres apresentasse suas compreensões das questões pesquisadas. Observou-se nas três pesquisas que os pesquisadores e as pesquisadoras utilizaram como estratégia de aproximação conhecer a história do grupo. Outro cuidado foi compreender que não era tarefa das pesquisadoras e dos pesquisadores trazer soluções prontas, mas possibilitar aos grupos pesquisados construir ideias que pudessem apontar soluções para as problemáticas identificadas.

As estratégias desenvolvidas na construção metodológica da pesquisa-ação possibilitaram construir e desconstruir conceitos, refletir sobre as práticas dos grupos, discutir o papel da mulher como sujeito político na construção das relações e transformações sociais em seu cotidiano, e compreender a luta da mulher pelo acesso à terra e por uma produção que considere o Bem Viver de suas famílias.

Das três experiências, apenas a das mulheres da CCAPAR está organizada na economia solidária. As demais, embora tragam em sua vivência cotidiana os princípios que orientam as práticas de economia solidária, como a autogestão, a solidariedade e a cooperação, mostram que sua prática pedagógica é um desafio a ser trabalhado na perspectiva da autogestão. Segundo Paul Singer, no livro *Introdução à economia solidária*, publicado em 2002, a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Discutir e decidir coletivamente educa e conscientiza, tornando mulheres e homens mais realizados, autoconfiantes e seguros.



***Cirandando nas reflexões vivenciadas pelas educadoras e educadores populares da educação popular em economia solidária***



Trataremos de sistematizar a seguir alguns aprendizados que pudemos observar nas experiências vivenciadas pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores nas pesquisas-ação realizadas no processo do Curso Regional de Formação Autogestionária de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária do Nordeste. Tendo apresentado as opções de organização metodológica, destacamos agora dois aspectos da pesquisa para abordar, considerando os resultados obtidos.

Um primeiro aspecto é a compreensão do trabalho realizado pelas mulheres com suas diversas características e o entendimento de que o trabalho reprodutivo é uma atividade econômica necessária para a manutenção da vida. Para pensar o trabalho das mulheres, dialogaremos com as reflexões da economia feminista que problematizam as razões para que este seja invisibilizado, assim como a cisão de valores e fundamentos que se estabelecem com a divisão sexual do trabalho.

Um outro aspecto é a dimensão dos cuidados. Refletiremos aqui sobre a ação das doulas nos cuidados construídos entre as mulheres nos processos da gestação e do parto e sobre a produção agroecológica que busca pensar os alimentos e o cuidado com a terra. O cuidado aqui apresenta-se em duas perspectivas: como tipo de trabalho que cada vez mais vem se estabelecendo, mas também como princípio ético e moral estruturador do trabalho.

## **O trabalho de cuidar e o cuidado no trabalho**

Segundo Karla Romana Ferreira e Maria Djair Dias, no artigo “História oral: a experiência das doulas no cuidado à mulher”, publicado em 2009, a palavra “doula” vem do grego e significa “mulher que serve”. Mundialmente, este nome aplica-se às mulheres que dão suporte físico e emocional a outras mulheres, antes, durante e após o parto. A pesquisa-ação desenvolvida com as mulheres doulas problematizou

a ação destas mulheres. Segundo as pesquisadoras e pesquisadores, o tema foi escolhido com o objetivo de socializar as experiências do programa Rede Cegonha com as mulheres doulas e as parteiras. A ação das doulas tem entre seus objetivos a radicalização do enfrentamento à morbidade e à mortalidade materno-infantil, buscando estratégias diversas para erradicar a violência contra a mulher nos procedimentos do nascimento da criança.

O trabalho das doulas envolve mulheres que já tiveram filhos e que ajudam suas filhas, irmãs, amigas, vizinhas a passar pela gestação e a preparação do pré-parto de maneira mais segura e bem-acolhida. É uma ação que envolve afeto, apoio emocional e físico, apoio às decisões e acesso a informações, e que fortalece as redes de solidariedade e fraternidade entre as mulheres, resgatando uma experiência marcada pela sororidade que tem percorrido as trajetórias de vida de muitas mulheres.

**Sororidade é uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo que se apoia em uma experiência subjetiva entre as mulheres, buscando construir relações que apontem para a construção de alianças existenciais e políticas com as outras mulheres, de forma a contribuir com a eliminação de todas as formas de opressão e com o apoio mútuo para que cada uma possa alcançar o empoderamento.** Ao buscar esta aliança entre as mulheres, busca-se também fortalecer uma percepção do mundo a partir das vivências das mulheres. Isto significa problematizar a centralidade masculina nas narrativas do mundo social e refutar o individualismo e a competição que fortalecem o patriarcado em uma sociedade capitalista.

As dimensões subjetivas que são ativadas pela ação das doulas contribuem no questionamento sobre a desapropriação da maternidade e das decisões sobre o corpo pelas mulheres, e, além disso, ajudam a construir novas solidariedades em uma experiência de trabalho de cuidados. Aqui falamos dos cuidados a partir de duas perspectivas, primeiro, enquanto uma dimensão relacional e ética que se

reflete por uma percepção amorosa e simbólica do mundo. Também falamos aqui dos cuidados como parte da dimensão dos trabalhos reprodutivos, realizados pelas mulheres de forma invisibilizada, que são necessários para a reprodução da vida.

Estas compreensões também se apresentam no caso das mulheres da produção agroecológica, que buscam aproximar o cuidado com o meio ambiente e a produção de alimentos do cuidado com suas filhas e filhos. A pesquisa-ação realizada com o Grupo de Mulheres Agroecológicas de Quissamã aborda a relação das mulheres com a produção agroecológica. Segundo as pesquisadoras e os pesquisadores, no contexto da experiência elas e eles perceberam que as mulheres mantêm, em suas práticas, valores como a solidariedade, a cooperação, a autogestão, a partilha de saberes, a divisão de resultados, o respeito ao meio ambiente e às diversidades que dialogam com a economia solidária, embora não participem do movimento da economia solidária.

A relação das mulheres com a agroecologia é muito forte. De acordo com o relatório da pesquisa do Grupo de Mulheres Agroecológicas de Quissamã, através desta forma de produzir seus alimentos, elas percebem que “este espaço não é só de trabalho, é um espaço de convivência e brincadeira, de socialização de problemas, de desabafo, de troca de experiências, de fortalecimento de amizades, de companheirismo, de convivência com as crianças, este é um dos grandes motivos para que nós não utilizemos veneno na produção”. Perceber o trabalho como lugar de construção de solidariedade e de aliança entre as mulheres fortalece suas lutas para enfrentar outras desigualdades.

Estas mulheres enfrentam também a dupla jornada de trabalho. O trabalho no campo soma-se ao cuidado da casa e da família. O envolvimento das mulheres no grupo produtivo cria conflitos com seus companheiros, mas a produção coletiva no campo tem levado-as a buscar uma mudança nas relações com seus companheiros. A produção de alimentos saudáveis vem da compreensão da necessidade de cuidar da terra, da água, da biodiversidade, da proteção das sementes, etc.

## **RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO**

# ***Mãos que cuidam: mulheres doulas resgatando vidas para a redução da morbidade e mortalidade materna***

**ARIMATÉIA MIRANDA,  
FRANCINETE SANTOS, LEONETE  
NASCIMENTO & MARCOS DANTAS**

A investigação que realizamos junto às doulas capacitadas pelo “Projeto mulheres doulas: Articulando Vidas” teve como objetivo compartilhar a experiência em andamento para a redução da morbidade e mortalidade materna. O projeto é uma ação que luta pela aceitação das doulas em espaços municipais de saúde, mais precisamente, no Hospital Maternidade Belarmina Monte, situado em São Gonçalo do Amarante, Rio Grande do Norte (RN), no Território Terras dos Potiguaras.

Doula é uma palavra que vem do grego e significa “a mulher que serve”, e que identifica mulheres que apoiam física e emocionalmente as mulheres grávidas e suas famílias no ciclo gravídico-puerperal, que envolve o período da gestação, parto, nascimento e pós-parto.

Resgatando a solidariedade entre as mulheres, a ação das doulas busca esclarecer que parir é algo que faz parte da vida, e que as mulheres que já tiveram filhos podem ajudar suas filhas, irmãs, amigas e vizinhas a passar pela gestação e a preparação pré-parto de maneira mais segura e tranquila.

Procuramos, identificar a organização responsável pelo projeto no município e dialogar sobre o trabalho que seria desenvolvido pelo grupo responsável pela pesquisa-ação. No primeiro contato, apresentamos a proposta da pesquisa e iniciamos os trabalhos com as quinze doulas participantes do projeto.

A pesquisa-ação permitiu avançar na articulação entre as doulas, no diálogo com a Secretaria de Saúde quanto a resistência de médicas e médicos obstetras, enfermeiras e enfermeiros à presença das doulas no momento do parto. Também compreendemos que o debate realizado pelas doulas nos permitiu pensar os princípios da economia solidária a partir das experiências das mulheres. Como podemos falar de autogestão sem pensar a autonomia das mulheres quanto à escolha por ter ou não ter filhas e filhos? Concluímos que a ação das doulas remete-nos à afirmação da liberdade e a luta pelo fortalecimento dos diversos lugares de resistência que buscam outros princípios para a organização da vida.

## Uma economia de mulheres, uma economia feminista

Considerando as experiências anteriormente relatadas, é importante compreendermos que manter algumas dimensões de trabalho como *trabalhos de mulheres* tem significado sua exploração gratuita e sua desvalorização nas sociedades marcadas pelo capitalismo e pelo patriarcado. São exemplos,

“Família é quem mora junto numa casa. Pode ser uma família formada por uma mulher e um homem unidos pelo afeto, com ou sem filhos. Pode ser uma família maior, com avós e tios e outros parentes morando juntos também. Afilhados e sobrinhos também podem fazer parte da família. Há famílias formadas por irmãos e irmãs que vivem juntos. Há famílias em que há uma criança ou mais vivendo com um adulto, quase sempre a mãe. Há famílias formadas por casais de dois homens ou de duas mulheres, com ou sem filhos. Há famílias formadas por jovens sem parentesco entre si, que decidem viver juntos por um tempo curto, ou longo, ou por toda a vida. Enquanto estiverem vivendo juntas por sua própria vontade, as pessoas formam uma família”.

Sempreviva Organização Feminista. *Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar*, 2014, página 7.

o trabalho doméstico, que envolve várias tarefas necessárias para a manutenção e reprodução da vida, desde a organização do espaço doméstico – como a compra dos alimentos, o preparo das refeições, a limpeza da casa e das roupas – e o trabalho de cuidados que envolve a atenção e resposta a necessidades de crianças, idosos, doentes e deficientes.

Estes tipos de trabalho compõe a esfera da família ou da casa, lugar que é sempre destinado às mulheres e compreendido como o espaço privado, lugar do afeto, do indivíduo, e da intimidade. Enquanto o espaço público seria marcado como o lugar da ação política, da economia, do exercício da cidadania. Tanto o espaço público quanto o privado foram constituídos na história e podem ser conceituados

de várias formas. Para a reflexão que faremos aqui, optamos apenas por destacar algumas características que comumente ligamos a ambos.

Se nos espaços público e privado desenvolve-se trabalho, o trabalho realizado no âmbito da casa e da família passa a ser identificado por características específicas como, afeto, amor e generosidade. Estas características, vinculadas as experiências das mulheres, e associadas a esta esfera do trabalho contribuem para justificar sua realização gratuita pelas mulheres. E quando estas atividades são remuneradas, não são valorizadas, e são feitas em sua grande maioria por mulheres trabalhadoras domésticas. Por sua vez, no espaço público, enquanto lugar do mercado regido por contratos, o trabalho é remunerado e valorizado, é condição de cidadania e, embora homens e mulheres participem deste espaço, elas recebem menos, geralmente participam de nichos de trabalhos específicos e não conseguem avançar em carreiras mais complexas e melhor remuneradas.

As desigualdades que têm mantido estas formas de trabalho separadas são uma questão que a economia feminista tem denunciado, contribuindo para a organização das mulheres na busca da superação deste quadro. Esta denúncia observa que:

- O trabalho doméstico e de cuidados é necessário para a vida e a organização econômica da sociedade, deve ser compreendido como trabalho de responsabilidade do conjunto da família.
- É necessário problematizar, no espaço público e privado, a sustentabilidade da vida junto aos homens, às mulheres e ao conjunto da sociedade.

- Precisa-se buscar a superação das dicotomias construídas entre as esferas de trabalho, percebendo que o cuidado com a vida deve vir em primeiro lugar.

A partir deste diálogo, percebemos a importância de debater as diferentes formas de trabalho das mulheres no âmbito da economia solidária. Esta é uma responsabilidade que se afirma com os resultados destas pesquisas-ação: poder contribuir com o empoderamento das mulheres ao levá-las a perceber a relevância de seu trabalho, compartilhando suas experiências para a construção de uma sociedade justa e democrática e, assim, construir uma ação política de cunho feminista que possa transformar suas vidas, seja no espaço familiar, nas associações ou nos demais lugares onde possam atuar.

A educação popular em economia solidária tem um grande desafio que é o de problematizar as desigualdades da realidade cotidiana das mulheres, contribuindo para a transformação de suas vidas. Por isso, Carmen Silva, em *Experiências em pedagogia feminista*, de 2010, afirma que a educação feminista deve, portanto, responder a este desafio: contribuir com a formação de mulheres para uma ação política transformadora, de si mesmas e do mundo.

**“Compreendemos a ação educativa como um campo de possibilidades para ouvir as mulheres nas suas desigualdades, diferenças e inteirezas, ouvir acerca da sua visão sobre as diferentes e, às vezes, desiguais situações de vida, sobre as suas experiências de resistências cotidianas, as suas propostas de ação coletiva, de expressão pública, entre outras coisas”**, afirma Carmen Silva, nas páginas 22 e 23 do livro citado. Esta ação educativa entre as mulheres deve enfrentar a divisão sexual do trabalho.

As pesquisas-ação realizadas com as mulheres doulas, as mulheres rurais e as mulheres urbanas proporcionaram um estudo a partir de três experiências diferentes, observando que os desafios vivenciados pelas mulheres em sua reafirmação como sujeitos políticos não são diferentes, pois nós, mulheres, enfrentamos cotidianamente as desigualdades, o acirramento do machismo e a expressão do patriarcado em nossas vidas, em qualquer lugar que estejamos. Pautar a igualdade de gênero e o debate do feminismo, na perspectiva da educação popular em economia solidária, é um desafio a ser praticado pelos grupos, pelas educadoras e pelos educadores populares na educação popular em economia solidária.

A pesquisa realizada através da metodologia participativa, segundo relato das pesquisadoras e dos pesquisadores, atingiu seus objetivos, motivando as mulheres a refletir sobre sua organização e a pensar a necessidade de parcerias que possam trazer novas ideias para dentro da organização. O processo que foi desenvolvido com as experiências das mulheres trouxe para as participantes o debate da importância da educação popular, da economia solidária, da agroecologia e da autogestão, num espaço em que as mulheres são protagonistas de suas próprias histórias.

As pesquisadoras e os pesquisadores apontaram como desafio inicial a falta de aproximação com as pesquisadas, tanto no caso das mulheres da agroecologia, em Quissamã, como com as doulas. No entanto, as ferramentas utilizadas na metodologia possibilitaram a aproximação, construindo os caminhos que seriam percorridos durante a pesquisa-ação. Ficaram alguns aprendizados importantes: a possibilidade de contribuir, através da pesquisa-ação, com a reflexão dos grupos quanto aos desafios vividos; a compreensão de que não seria possível responder a todas as demandas, mas que seria possível apontar possibilidades de caminhos que ajudassem a resolver os problemas; e, por fim, o entendimento de que as transformações dependem das iniciativas e compromissos dos grupos.







Junto às participantes do Grupo de Mulheres Agroecológicas de Quissamã foi sugerida, pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores, a inserção do grupo na comercialização do pavilhão da agricultura familiar de Sergipe, de forma a ampliar seu acesso a outros espaços de comercialização e melhorar sua renda.

As ações vivenciadas possibilitaram momentos de reflexão sobre a prática da educadora e do educador popular e mostraram o desejo de compartilhar os aprendizados, de modo que estes possam nos levar a lutar pela garantia da participação das mulheres nos diversos espaços que construímos em nossas militâncias.

Para isso, são necessários projetos de assessoramento técnico que contribuam com a organização e gestão das experiências das mulheres, compreendendo que estes devem ser adaptados à realidade específica das mulheres. Faz-se necessário o desenvolvimento de ações que possibilitem o diálogo entre as experiências das mulheres na economia solidária, de forma a fortalecer a construção de uma outra realidade social.

A educação popular se faz necessária para reconhecer e reafirmar os saberes populares. O papel da educadora-pesquisadora e do educador-pesquisador é fundamental para a socialização das experiências. A educação popular em economia solidária pode contribuir com o desvelamento da realidade vivida por vários grupos, em particular, pelas mulheres.

Na pesquisa com as doulas, elas fizeram um exercício de aproximação entre os princípios contidos na Carta de Princípios da Economia Solidária e as experiências das mulheres e as práticas das doulas. O princípio da autogestão, para as mulheres, deve significar o reconhecimento de sua decisão em ter ou não ter filhas e filhos, o seu direito de decidir pelo parto normal e o respeito à sua escolha em ser acompanhada por uma doula. A democracia é exercida quando

as doulas compartilham suas experiências no sistema hospitalar e médicas e médicos compreendem a necessidade de fazer um parto humanizado.

Estes diálogos nos levam a fortalecer a necessidade de reconhecer os diferentes saberes, como estes se apropriam das experiências vividas e traduzem estas realidades em conhecimentos e ações.

# Referências

- Ana Paula dos Santos; Maria Katiana Barbosa da Silva. *Fortalecendo a autogestão das Mulheres da CCA-PAR*. Relatório de pesquisa-ação. Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste-CFES-NE, 2016. (mimeo)
- Antônio Edson Barreto; Tiago Rodrigues da Costa; Sheila Patrícia Feitosa. *Grupo de Mulheres Agroecológicas de Quissamã*. Relatório de pesquisa-ação. Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste-CFES-NE, 2016. (mimeo)
- Carmen Silva. *Experiências em pedagogia feminista*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.
- Karla Romana Ferreira de Souza. Maria Djair Dias. “História oral: a experiência das doulas no cuidado à mulher”. *Acta Paul Enferm*. São Paulo, v.23, n.4, p.493-499, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v23n4/o8.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2017.
- Marcos Antônio Dantas; Arimatéia Miranda; Leonete Roseno Nascimento; Francinete Melo dos Santos. *Mãos que cuidam: mulheres doulas resgatando vidas para a redução da morbidade e mortalidade materna*. Relatório de pesquisa-ação. Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste-CFES-NE, 2016. (mimeo)
- Maria Lúcia Martinelli. *Serviço Social: identidade e alienação*. 6 ed. São Paulo, Cortez, 2000.
- Michel Thiollent. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- Paul Singer. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- Paulo Freire. *Pedagogia do oprimido*. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Rede CFES. *Referenciais metodológicos de formação e assessoria técnica em economia solidária*. Brasília, Cáritas Brasileira/SENAES/MTPS, 2016.
- Sempreviva Organização Feminista. *Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar*. São Paulo: SOF, 2014. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/cartilhaEconomiaFeminista-web.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

**FONTE** The Mix e Hernandez Niu  
**PAPEL** Couché fosco 90 g/m<sup>2</sup>



**Rede CFES**  
Formação e Assessoria Técnica  
Nordeste



**FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES**  
F A D O R P E

DEPARTAMENTO  
DE EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

SUBSECRETARIA DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO  
TRABALHO

